

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 022

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Autoridades presentes, bom-dia!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta a presente Audiência Pública, com o objetivo de discutir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, solicitada pela Deputada Verinha Araújo e Deputado Ságuas, tendo como palestrantes o Deputado Federal Carlos Abicalil e o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Sr. Francisco das Chagas Fernandes.

Quero dizer que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pelo canal 36, TV Assembléia.

Convido para compor a Mesa os Exmºs Deputados Ságuas e Zé Carlos do Pátio; o Sr. Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; a Srª Secretária de Estado de Educação, Ana Carla Muniz; o Professor Paulo Speller, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso; o Sr. Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP; o Sr. Paulo Eduardo dos Santos, representando todos os Conselhos Municipais de Educação do Brasil.

Agradecemos as presenças do Sr. Airton de Lara, representando o Secretário Municipal de Santa Carmem; a Srª Enair Regina, Secretária de Educação e Cultura de Poconé; a Srª Maria Auxiliadora, representando a Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande; neste momento acaba de chegar o Secretário de Educação de Várzea Grande, Sr. Elismar Bezerra; a Professora Delis, membro da Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande; a Professora Delia, da Secretaria de Educação e Cultura de Diamantino; a Srª Mara Lúcia Bernardes, Secretária Executiva da UNCMPE-União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação; a Srª Diva Maria, Supervisora do FUNDER; a Srª Luciney, Secretária do FUNDEF, Poconé; o Sr. Reginaldo, Chefe de Gabinete do Vereador Lúdio Cabral, do PT de Cuiabá; Professora Andrezina de Oliveira, Secretária do FUNDEF, SEDUC; Professora Eva, SINTEP de Várzea Grande; Professora Lúcia, SINTEP de Cáceres; Sr. Manoel Germano, Presidente do Conselho Regional de Educação Física; Professora Sílvia, Presidente do FUNDEF de Poconé; e também agradecemos a presença de vários professores aposentados do Estado de Mato Grosso; também professores e alunos da Escola Liceu Cuiabano que estão aqui nas galerias.

Muito obrigado pela presença de vocês! Se quiserem vir para o plenário, fiquem à vontade.

Composta a Mesa, convido todos e todas para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro. Antes, gostaria de convidar o Professor Elismar Bezerra para compor a Mesa conosco. (NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

Gostaríamos também de agradecer a presença do Deputado Humberto Bosaipo, que é o Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Legislativa. Gostaria de convidá-lo para compor a Mesa. O nosso espaço hoje está pequeno pela quantidade de autoridade.

Neste momento, vou passar a palavra ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Professor Paulo Speller. Como ele vai ter que sair, em função de compromissos em Brasília, eu vou conceder-lhe um tempo de três a cinco minutos, para que possa fazer uma saudação já que vai ter que se retirar.

Convido para compor a Mesa o Professor Carlos Augusto Abicalil, que está também requerendo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, uma audiência com o mesmo tema.

Vou passar a palavra ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, Professor Paulo Speller.

O SR. PAULO SPELLER - Bom-dia, Deputada Verinha Araújo!

Cumprimento, em nome da Deputada Verinha Araújo, todos os Parlamentares, o Deputado Ságuas, o Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado Carlos Abicalil que acaba de chegar, o nosso Secretário de Educação Básica, Professor Chagas, que está aqui conosco, o Professor Júlio César, Presidente do SINTEP, o nosso ex-aluno, hoje, com muita honra, Secretário de Educação do Município de Várzea Grande que está aqui conosco. Cumprimento o companheiro de grandes lutas que também neste momento está aqui conosco e a nossa Secretária Ana Carla Muniz de Educação aqui na Mesa. Quero cumprimentar todas as autoridades, professores, secretários, secretárias, estudantes aqui presentes.

Quero dizer da nossa satisfação por estarmos presentes neste momento tão importante de uma audiência que vem aprofundar o debate sobre a proposta de criação do FUNDEB. É uma bandeira de luta antiga que nós defendemos de uma forma mais ampla, não apenas no âmbito da universidade pública, mas da educação pública. E quero dizer do engajamento das universidades brasileiras, sobretudo as universidades públicas, principalmente as federais, no sentido de que as universidades somem nesse processo, porque não se trata apenas de ampliar a matrícula em outros níveis de educação, como nós tivemos no ensino fundamental, sobretudo durante os oito anos do Governo anterior. É preciso reconhecer esse mérito, mas é também preciso reconhecer que foi feito a um custo de qualidade que não é sempre colocado às claras. Então, nós precisamos ter o cuidado de não cometermos o mesmo erro cometido durante o Governo anterior, que universalizou, ou quase universalizou, o acesso ao ensino fundamental, mas com uma qualidade que, infelizmente, é absolutamente sofrível em boa parte das escolas do País. Então, nós precisamos sim expandir para o ensino da educação infantil, para o ensino médio, mas com essa preocupação.

Nós já estamos conversando com o Secretário Chagas no sentido de que a nossa universidade, daqui de Mato Grosso, se engaje em um grande processo, que é o de formação de professores fundamentalmente para a 5ª e 8ª séries e ensino médio, o Pró-Licenciatura que está sendo lançado agora. com previsão do início das suas atividades para o mês de agosto deste ano ainda. O Governo está priorizando e já está colocando recursos orçamentários ainda este ano.

Estaremos, justamente agora, nos primeiros dias de maio, indo a Brasília para uma reunião com o Secretário e somos uma das primeiras universidades que manifestou interesse em iniciar o processo já este ano. Então, esta é uma preocupação que deve estar presente, além de todas as questões levantadas, que vocês terão a oportunidade de discutir no dia de hoje. Mas é preciso, realmente, buscar mecanismos que assegurem essa qualidade tão cara à educação. Infelizmente, apesar de uma série de esforços, uma série de iniciativas, nós observamos que, por todas avaliações que fazem a nossa educação no Brasil, em Mato Grosso, está muito mal. Nós temos indicadores altamente preocupantes no sentido de que nem sequer 10% das nossas crianças chegam à 4ª série

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

sabendo ler, escrever e realizando as operações aritméticas básicas. Então, é preciso que essa preocupação seja colocada. É evidente que não se trata apenas da formação do professor, mas, sem dúvida alguma, é um elemento importante a ser considerado. E nós já estamos engajados nesse processo.

Eu quero, Deputada Verinha Araújo, primeiro cumprimentá-la por esta iniciativa, por estar conduzindo este debate tão importante, e também dizer que a Universidade Federal de Mato Grosso, como sempre, está ao lado deste debate, ao lado da bandeira da criação do FUNDEB. Com certeza, quando for efetivada a sua criação, estaremos aprofundando ainda mais a nossa participação.

Parabéns a todos!

Eu, infelizmente, quero pedir desculpas, mas estamos justamente indo para um debate, em Brasília, sobre a reforma universitária, que também entra nesse debate mais amplo em que buscamos ampliar o leque de recursos para a educação brasileira, para que todos os níveis de ensino sejam contemplados e não sejam obrigados a tirar recursos de um nível para colocar em outro nível. É preciso ampliar os recursos. Educação é importante, é estratégica, custa caro, e nós precisamos encontrar as formas de financiar a educação sempre e quando, e esta é uma posição do Governo Federal de que a educação é prioridade. Portanto, é preciso alocar recursos para todos os níveis de educação.

Parabéns, Deputada Verinha Araújo, e muito obrigado pelo espaço que me concede.

Eu vou pedir licença, devo-me retirar porque já estou indo para o outro compromisso. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professor Paulo Speller.

O Professor Paulo Speller tem sido um grande parceiro em relação às nossas lutas da educação por qualidade. E hoje, à frente da Universidade Federal de Mato Grosso, tem se mostrado uma pessoa muito comprometida. E a nossa universidade, com certeza, neste Governo, retoma o seu papel mesmo, que é de formação, de extensão, de pesquisa. Nós esperamos que a reforma universitária dê conta desses desafios que estão colocados para a universidade brasileira.

Obrigada, Professor, e bom trabalho.

Neste momento, então, nós vamos ter dois expositores sobre o tema, que é o novo FUNDEB, um novo Fundo. Hoje está em vigor o FUNDEF, que inclui para a repartição dos recursos apenas o ensino fundamental, excluindo a educação infantil e o ensino médio.

Então, nós vamos ouvir aqui quais são os parâmetros que norteiam o novo Fundo, que leva esse nome de FUNDEB.

Vamos ter dois expositores, um é o Professor Carlos Abicalil, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso, que foi membro da Comissão de Educação, foi Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, no ano de 2004, e que terá um tempo para expor o seu ponto de vista sobre esse tema. Em seguida, o Professor Francisco das Chagas Fernandes, que é Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.

Depois das duas exposições, nós teremos, então, os debatedores que poderão inquirir, fazer perguntas ou mesmo expor o seu ponto de vista sobre o tema.

Então, nós convidamos a UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação, que aqui está representada pelo Professor Elismar Bezerra; o Professor Paulo, que aqui representa os Conselhos Municipais de Educação; o professor Júlio César Viana, Presidente do SINTEP, que aqui representa o ponto de vista e vai expor em nome dos trabalhadores e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

trabalhadoras da educação, CNTE e SINTEP; e depois a nossa Secretária Estadual da Educação, que também vai ter um tempo para fazer suas perguntas e expor seu ponto de vista.

Quero anunciar a presença do Sr. Sérgio, Vereador do PT de Várzea Grande.

Então, neste momento, gostaria de convidar o professor Carlos Abicalil para utilizar a tribuna e fazer sua exposição.

O SR. CARLOS ABICALIL - Bom-dia a todos e a todas!

Minha cara Presidente desta Audiência Pública, Deputada Verinha Araújo; Secretário Nacional de Educação Básica do MEC, Francisco das Chagas Fernandes; Secretária de Estado de Educação, Professora Ana Carla Muniz; Deputado Ságuas; Paulo Eduardo dos Santos, do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Nacional dos Conselhos Nacionais de Educação; Elismar Bezerra, Secretário Municipal de Educação de Várzea Grande; Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa; membros da Assembléia Legislativa; companheiros e companheiras profissionais da educação do Estado de Mato Grosso; estudantes que estão debatendo algo de interesse direto, que é o direito à educação de qualidade básica democrática e pública; representantes de mandatos municipais.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, que esta mobilização de hoje em torno desta Audiência Pública compõe a VI Semana Nacional em Defesa da Educação Pública do País, que se associa à campanha global pelo direito à educação e nesta semana de abril mobiliza no mundo inteiro os países que assinaram, em 1991, o compromisso de educação para todos, com o alcance de erradicar o analfabetismo e universalizar a educação básica em todo o planeta, inicialmente até o ano de 2010 e a partir de 2002, adiou-se esse prazo para o ano de 2015, exatamente em função do descumprimento de metas anteriores.

Creio, portanto, que esta semana de mobilização, iniciada aqui no Mato Grosso pela assembléia geral do SINTEP de ontem, marcando inclusive o nível de conflitividade que há num tema de política social abrangente como é a educação, correspondente a um direito universal e ao mesmo tempo um esforço do poder público de fazer com que as suas ações políticas e suas ações de gestões possam configurar um universo de educação garantida com qualidade, democracia, participação e universalidade.

O tema de hoje, propriamente, diz respeito ao financiamento e quero já de pronto associar-me àquilo que, ainda como dirigente da Internacional da Educação que fui até o ano passado, membro do seu conselho mundial, apontou como pauta para esta semana no nível global, há exigência de conversão de parcela da dívida pública dos países endividados empobrecidos em investimentos educacionais. Pauta esta que, nesta semana, está sendo tratada em cento e oitenta países simultaneamente e que no caso brasileiro encontra algumas ações de governo que, efetivamente, precisam ser ações de Estado e por isso envolvem não apenas o Governo Federal, mas administrações estaduais e municipais, no sentido de assegurar um novo modelo de financiamento que não se dissocia desta luta histórica por mais recursos.

Ainda hoje à tarde a Deputada Verinha Araújo já anunciou que a Câmara dos Deputados estará realizando uma audiência pública de igual feitio. Durante esta semana participaremos da mobilização nacional, está prevista, inclusive, para amanhã, às 09:00 horas ou às 17:00 horas, uma agenda de trabalho da CNTE, da nossa Confederação, que lidera a marcha, e da campanha nacional com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocasão em que este Projeto do FUNDEB também estará sendo pauta principal, além da afirmação do que já fizemos em setembro do ano passado na delegação brasileira, na reunião anual da UNESCO, na Suíça, a proposta de que a assembléia geral da ONU, que se reúne anualmente, possa avaliar aquilo que na UNESCO foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

decisão tomada em setembro do ano passado, exatamente de fazer com que parcela da dívida externa dos países endividados seja convertida em investimentos educacionais, exigindo-se para isso que na conversão da dívida haja o controle, eu chamo público, o termo escrito é social, dos recursos advindos dessas parcelas de inversão. De modo que não haja desvios de compensação daquilo que se deixa de remeter na forma de juros ou pagamento de dívida externa para outras finalidades que não a finalidade educacional, tendo a educação, portanto, como um direito.

O atual governo, com o nosso apoio, em função, inclusive, de termos constituídos pessoalmente o grupo de trabalho que compôs o programa de Governo na área de Educação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu a partir do ano passado uma agenda de qualidade de educação básica, coordenada e dirigida pelo Professor Chagas Fernandes. E nesta agenda de qualidade, algumas iniciativas já precederam a formação do FUNDEB, como foi no ano passado a ampliação dos recursos destinados ao ensino médio de dez Estados brasileiros, numa transferência voluntária da União, que não está prevista constitucionalmente e que socorreu dez Estados com dificuldades, inclusive de encerrar o seu ano letivo no ano de 2004; e, como já mencionou aqui o Professor Paulo Speller, um anteprograma de formação de professores que exige uma contrapartida na direção dos Estados e Municípios e tem recursos orçados já desde o ano passado, inclusive com Emenda de Comissão de R\$270.000.000,00 para o ano que vem, e este ano um repasse para as Universidades que se associaram ao programa, entre elas a nossa Universidade Federal de Mato Grosso, que no mês passado começou a fazer os protocolos de inserção nesse programa de R\$800,00 para cada aluno que for matriculado nesse programa.

Os Estados, evidentemente - aqui está a Secretária Ana Carla -, também têm sua contrapartida neste exercício.

Entretanto, esse programa de qualidade que deve atuar simultaneamente na formação; no reforço das unidades, que são escolas; no fortalecimento das estruturas físicas e equipamentos; na oferta inclusive dos equipamentos de inclusão digital, de informática - um programa que também se estrutura com repasses de equipamentos administrados sobre a égide do Governo do Estado -, neste ano encontra no tema do FUNDEB, de um novo fundo, um grande ponto de reflexão e decisão legislativa nos próximos dias.

Segundo um calendário, negociado pelo Ministério da Educação com os agentes governamentais dos Estados e Municípios, é provável que, ainda este mês - eu torço muito para que seja até amanhã -, haja a mensagem governamental encaminhando a PEC, Proposta de Emenda Constitucional, em torno do FUNDEB. Lembrando que na Câmara dos Deputados já tramitam, desde 1995 e 1999, respectivamente, a PEC nº 78, tratando de um aspecto de financiamento de ensino básico, e a PEC nº 112, tratando com o mesmo tipo do FUNDEB também o FORMATO.

A de 1995 e essa de 1999 encontram, neste momento, de ordem do Presidente Deputado Severino Cavalcanti, a Constituição da Comissão Especial para analisá-las. Razão pela qual nós desejamos que muito proximamente o Governo federal possa encaminhar a sua proposta, de modo que nós possamos considerar numa mesma Comissão o conjunto de proposta em torno deste financiamento, e tem muitas distinções de matrizes.

Entendemos, entretanto, que alguns aspectos, que daqui a pouco o Professor Chagas deverá mencionar, não estão tratados na forma negociada pelas esferas de Governo, como aquela negociada pela UNDIME, pelo CONSED e pelo MEC, que têm o objetivo e a finalidade de assegurar educação pública básica de qualidade, entretanto, têm divergências de encaminhamento sobre a parcela de cada um dos entes federados nesta composição.

Chegou-se recentemente a uma formulação, que ainda está em apreciação no âmbito do Governo federal que, entretanto, deixou de considerar alguns aspectos que eu, agora, em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

nome da Câmara dos Deputados, entendo que deva ser competência da nossa iniciativa legislativa, mas, ao mesmo tempo, uma necessária mobilização do movimento de educadores e educadoras do País.

O primeiro desses aspectos a ser considerado é o dispêndio com pessoal. Todos nós sabemos, inclusive os gestores de escolas públicas do país inteiro, que o que está previsto no FUNDEF, um gasto com pessoal de apenas 60% dos recursos sub-vinculados, é absolutamente insuficiente para promover uma escola de qualidade. Com o patamar de 60% com gasto com pessoal na área de educação, em que o principal insumo para se considerar a nomenclatura de gestão é exatamente o recurso humano, é absolutamente improvável que, mantendo-se a subvinculação de 60%, se dê conta de remunerar e praticar um exercício de carreira do magistério, dos funcionários da educação, com a qualidade que isso corresponde.

Nós sabemos que está dito “no mínimo”, entretanto a regra, quando se está dito “no mínimo”, é de manter-se no mínimo. Essa é a razão pela qual freqüentemente, quando há negociações salariais, não apenas aqui ou nos nossos Municípios, mas no País inteiro em torno deste tema, o apelo dos 60% é a principal referência na negociação dos gestores.

O segundo aspecto, não considerado na proposta que foi negociada até o momento, é a constituição do piso salarial profissional nacional. Essa é uma bandeira histórica do movimento de educadores do País inteiro e é uma bandeira que se constitui hoje no âmbito dos cento e oitenta países da ação global por direito à educação. Razão pela qual, a iniciativa de se tratar o piso salarial profissional nacional, associado às diretrizes nacionais de carreira na forma da lei e de lei nacional, evidentemente são iniciativas que dependerão daquilo que possa ser o consórcio dos agentes políticos com mandato na Câmara Federal e dos agentes sociais com capacidade mobilizadora de formação de opinião.

Em ambas as matérias, tanto a do piso salarial profissional, como a das diretrizes nacionais de carreira, há iniciativa em tramitação na Câmara dos Deputados, superando, inclusive no caso da nossa proposição, da proposição do Deputado Carlos Abicalil, a tradição de julgar inconstitucional na Câmara qualquer iniciativa voltada para a definição de um piso ou para as diretrizes nacionais de carreira. Não sem muito trabalho. Duas das Comissões já aprovaram e há mais duas Comissões ainda para analisarem ambos os temas, tanto o do piso como o das diretrizes nacionais de carreira.

Um outro aspecto importante a ser considerado e que também não virá na composição negociada entre as esferas do Governo pela proposta de emenda constitucional é o da profissionalização de funcionários da educação.

E sobre essa matéria, também no Congresso Nacional há proposições da companheira Fátima Cleide, Senadora da República, assegurando com uma disposição importante a consideração da formação profissional em nível técnico dos outros profissionais da educação não vinculados à docência.

No caso de Mato Grosso, nós, há alguns anos, exercemos o pioneirismo, a partir da rede municipal de Cuiabá, e depois da rede estadual de Mato Grosso, na conformação da formação profissional do reconhecimento das respectivas carreiras.

E, por último, uma iniciativa que está contida no conceito do FUNDEB e faz parte desta política na direção da qualidade, a expansão do ensino fundamental para nove anos de duração, o que implica não mudança condicional, mas uma alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em pelo menos três dos seus artigos, e que nós entendemos, deve estar associada a esta política, posto que acrescentar um ano ao ensino fundamental altera a organização das redes de ensino público e mesmo a conformação normativa dos sistemas de ensino, quer seja sistema de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

ensino municipal, como é o caso do nosso representante Paulo da rede e do sistema municipal de Cuiabá, quer seja no sistema estadual de educação. Afeto, portanto, submetido ao Conselho Estadual de Educação.

Creio, portanto, minha cara Deputada, companheiros e companheiras que estão aqui nesta mesa, que esse conjunto de esforços associados e de matérias correlatas ao tema do FUNDEB devam ocupar, como estão na pauta da CNTE, durante a semana da marcha, até a próxima sexta-feira, mais fundamentalmente depois de tramitada a matéria relativa ao fundo, um consórcio de esforços que possam fazer com que, junto com o Fundo, haja as iniciativas legislativas adequadas para garantir que os recursos do Fundo, efetivamente, cheguem à valorização salarial, às melhorias das condições de exercício profissional e à garantia do direito, que é a razão das nossas lutas de tanto tempo. O direito a ter uma educação digna, de qualidade, universal, gratuita e pública para todos e todas. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Deputado Federal Carlos Abicalil.

Gostaríamos agora de convidar para utilizar também da tribuna o Professor Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Básica do Ministério de Educação.

Antes, gostaríamos de anunciar aqui a presença do Prefeito de Confresa, Mauro Sérgio, que é do Partido dos Trabalhadores, e tem o PL como vice.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES - Bem comportado, seguiu o nacional.

Eu quero saudar os companheiros e companheiras, primeiros os Parlamentares, Deputado Carlos Augusto Abicalil e a Deputada Verinha Araújo e, em seus nomes, saudar todos os Parlamentares aqui presentes.

Quero cumprimentar a Secretária Estadual de Educação, Professora Ana Carla Muniz; cumprimentar o companheiro e Presidente do SINTEP, Júlio Viana; companheiro Paulo Eduardo, Presidente da UNCME, União dos Conselhos Municipais de Educação, que tem uma parceria muito importante com a CNTE hoje no programa dos Conselhos Municipais de Educação; saudar o companheiro Elismar Bezerra, que aqui está representando a UNDIME e, em seu nome, saudar os secretários municipais de educação; e agora estou vendo o Secretário Municipal de Cuiabá, que está aqui no plenário; cumprimentar os prefeitos, os companheiros e companheiras, professores, trabalhadores da educação e estudantes aqui das galerias; quero cumprimentar os estudantes, porque a nossa luta é para que os estudantes, os alunos, recebam a educação de qualidade.

O Deputado Carlos Augusto Abicalil fez aqui uma introdução do contexto do que está colocado hoje na proposta do FUNDEB. Eu só queria colocar, antes de colocar as características da proposta para todos nós, que na busca da qualidade da educação básica temos trabalhado em quatro eixos: a gestão, por isso temos quatro programas de gestão pública no Ministério da Educação, trabalhando junto com os Municípios e Estados em alguns casos com os Municípios, em alguns com os Estado, que é, por exemplo, a participação da sociedade na gestão pública, através dos Conselhos Municipais de Educação, o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação... A maioria dos Municípios brasileiros não tem Conselhos Municipais de Educação e nós estamos trabalhando para fortalecer os que têm e fazer com que aqueles que não têm venham a ter.

Tem outro programa que é dos conselhos escolares. Vocês sabem que todas as escolas têm os seus conselhos escolares, mas não têm nenhum programa que ajude, que capacite, que faça com que haja uma verdadeira mobilização e participação dos conselhos escolares.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Também estamos trabalhando um programa para os secretários municipais da educação. Devemos começar esse programa em agosto, um programa específico para os secretários municipais da educação, vai ser um programa, aliás, já é um programa com a UNDIME - União dos Dirigentes Municipais da Educação.

Então, um eixo é a gestão. Um outro eixo é a inclusão social. Vocês vejam que nós temos milhares e milhares de crianças fora da escola. Você vai para a educação infantil, você tem milhões de crianças fora da escola. Se você chega no ensino fundamental, o mesmo com a perspectiva de sermos quase universalizados, 97,2% de matrículas, mas você tem, pelo menos, um milhão de crianças de sete a quatorze anos que estão fora da escola.

Você tem no ensino médio uma necessidade, uma pressão de matrícula muito forte. Mas além disso, além da quantidade que nós temos nas três etapas da educação básica, nós temos um problema de inclusão que passa ainda pela reprovação, pela desistência, pelo abandono, isso tanto no infantil, como no fundamental, como no médio. Essa é uma preocupação, um eixo de discussão que nós temos dentro do Ministério com os entes federados no sentido de fazer com que nós não apenas matriculemos as crianças, mas que elas permaneçam na escola e aprendam. Afinal, tem um índice que diz que 55% das crianças na quarta série, ou seja, com nove ou dez anos, não estão aprendendo Matemática e Português. Por isso nós vamos fazer um programa de informação específico de Matemática e Português para os professores de I a IV, para tentar melhorar o aproveitamento dos alunos nessa faixa, nessa etapa da educação básica.

Um outro eixo, o terceiro eixo, é a valorização dos trabalhadores em educação, e aí na valorização dos trabalhadores da educação, nós estamos trabalhando a formação inicial e a formação continuada. Por isso nós temos um programa de formação continuada, formada por dezenove universidades brasileiras que formam a rede nacional de formação. Nós estamos pagando as universidades para elas prepararem material para colocar à disposição dos Estados e Municípios para poderem fazer formação continuada.

Hoje não existe programa nacional de formação continuada no Brasil. Aliás, não existia. As formações continuadas eram ou do Estado que contratava as universidades, uma ONG, no Município a mesma coisa. Nós não tínhamos uma institucionalização da formação continuada. Hoje, nós temos a Rede Nacional de Formação Continuada. Todos os secretários estaduais e municipais vão receber um catálogo do primeiro produto da Rede Nacional de Formação Continuada agora. Vão receber. Quem participar dos encontros do tipo daquele que fizemos em Cuiabá na semana passada, regional, recebe presencialmente. Quem não participar vai receber pelo correio o catálogo para poder ver que material o Município pode trabalhar junto com a universidade para fazer formação continuada.

Na formação inicial, nós estamos com vários programas. Gostaríamos de destacar três. O primeiro é o Pró-Infantil. Nós temos hoje no Brasil mais de quarenta mil professores que estão dando aula na educação infantil e não tem formação de nível médio. Nós estamos saindo com o Programa Pró-Infantil, no sentido de formar professores que estão na educação infantil e não tem nível médio. Estamos ampliando a Pró-Formação, que é para professores de 1ª a 4ª série que não tem nível médio e estão dando aula no sistema. Então, nós estamos ampliando Pró-Formação para aqueles Estados e Municípios que não tem o Pró-Formação. Estamos começando a Pró-Licenciatura, que é um programa para professores de 5ª a 8ª série que não têm ensino médio, que não tem licenciatura e estão dando aulas no sistema. É em torno de duzentos mil professores em todo o Brasil. Então, nós estamos começando com esse programa. O Professor Paulo foi para Brasília para participar de uma reunião que tem a ver com esse programa. A Universidade Federal de Mato Grosso tem uma grande experiência na formação inicial a distância.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Eu falei dos trabalhadores na educação. Falei apenas dos professores. Não vou falar dos outros programas. Vou falar dos funcionários das escolas. Nós pedimos ao Conselho Nacional de Educação para dar parecer sobre a profissionalização dos funcionários de escola. Como bem disse o Deputado Carlos Augusto Abicalil, Mato Grosso tem uma iniciativa de formação dos funcionários de escola, mas não tem ainda um parecer do Conselho Nacional de Educação, garantindo a profissionalização desses funcionários. Nós pedimos um parecer ao Conselho Nacional de Educação e estamos trabalhando um programa que nós pretendemos chamar de Pró-Funcionários, de formação de funcionários de escola, mesmo que seja à distância. Nós estamos trabalhando um programa à distância, também, para funcionários de escola.

Não havia um orçamento no Ministério da Educação, nenhum tipo de orçamento para esses funcionários, para os funcionários de escola. Pela primeira vez o orçamento da União tem oito milhões e seiscentos mil reais que os Estados e Municípios, que podem requerer via FNDE, para a formação, a capacitação de funcionários de escola. No ano passado, dezoito Estados requereram e obtiveram recursos pela primeira vez do Ministério da Educação para os funcionários de escola.

E, por último, o financiamento da educação. Em relação ao financiamento da educação, eu quero colocar o seguinte: Nós temos basicamente, no Brasil, três fontes de financiamento da educação. Temos os empréstimos internacionais. E, para isso, há três grandes programas com empréstimos internacionais no Brasil, que são: o PROEP, para o ensino profissionalizante; o FUNDESCOLA, para o ensino fundamental, e o PROMED, para o ensino médio. São três grandes programas com recursos internacionais e contrapartida do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios. E nós temos uma outra fonte de financiamento da educação, que é o salário-educação, ou seja, 2,5% da folha de pagamento das empresas que são recolhidos e são redistribuídos entre os Estados, Municípios e o Governo Federal. Então, 1/3 fica para o Governo Federal e 2/3 vão para os Estados e Municípios. Nós fizemos algumas modificações na distribuição do salário-educação no ano passado porque ele era distribuído para os Estados e os Estados repassavam para os Municípios. A partir do ano passado os Municípios estão recebendo o salário-educação direto, na redistribuição. O Estado recebe a sua parte e o Município recebe também a sua parte sem passar pelo Estado. E agora nós estamos propondo uma modificação no salário-educação, que também é PEC, é mudança constitucional. Ou essa mudança constitucional do salário-educação vai acontecer dentro da PEC do FUNDEB ou vai acontecer em uma PEC separada. Nós estamos propondo que o salário-educação não seja apenas para o ensino fundamental, que seja também para a educação básica. Hoje é apenas para o ensino fundamental. Nós estamos propondo que sejam para a educação infantil, fundamental e médio os recursos do salário-educação.

Então, são essas duas fontes de financiamento: os empréstimos e o salário-educação.

E, por último, os recursos provenientes dos impostos através da vinculação, que são os 25% dos Estados e Municípios, no mínimo - porque pode ser 27%, 30%, 35%, tem Estado que é 35%, que é 30%, e Municípios também - e os 18% da União.

Como vocês sabem, a Emenda nº 14 criou o FUNDEF e subvinculou 15% de quatro impostos dos 25% dos Estados e Municípios e criou o FUNDEF. O FUNDEF é formado por 15% de quatro impostos que compõem os 25% da vinculação dos Estados e Municípios. Essa é a composição da cesta do FUNDEF, são quatro impostos: O ICMS, o IPI Exportação, o FPM e o FPE, que são impostos de transferência, inclusive.

Bom, a proposta do FUNDEB tem seis características básicas para que a gente fique no tempo que está estabelecido. Seis características básicas a proposta do FUNDEB que está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEF, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

sendo discutido: Primeira, são as matrículas. A proposta é que todas as matrículas da educação básica estejam incluídas no Fundo, ou seja, educação infantil, fundamental, ensino médio e as modalidades da educação especial e educação de jovens e adultos. Educação especial, hoje, está no FUNDEF, mas educação de jovens e adultos está fora do FUNDEF, foi vetada pelo Governo passado.

Então, a primeira característica é todas as matrículas da educação básica incluídas no Fundo.

A segunda característica é os recursos. Quais os recursos que comporiam ou que estão sendo propostos para compor o Fundo? Inicialmente, a proposta era que 25% de todos os impostos compusessem a cesta do Fundo. Já que estamos propondo todas as matrículas da educação básica, a lógica era que todos os recursos vinculados à educação fossem para o Fundo. Então, seria 25%, no mínimo, de todos os impostos dos Estados e Municípios para o Fundo. Essa era a proposta que começamos a discutir.

Avançamos e chegamos à proposta que hoje está colocada: 20% dos impostos, ou seja, ao invés de 25%, no mínimo, 20% vão para o Fundo, com exceção dos impostos próprios municipais. Quais são os impostos próprios municipais? IPTU, ISS e ITBI. Então, esses três impostos estão fora da cesta dos impostos que compõem o Fundo.

Então, repetindo, todos os impostos estão no Fundo, sendo que é de 20%, menos três impostos municipais: ISS, IPTU e ITBI.

Aqui eu vou colocar por que chegamos a esse acordo, vamos dizer assim, até agora com a UNDIME, CONSED e com os entes federados.

No início era uma proposta nossa, do Ministério da Educação, depois começamos a fazer a discussão com os entes federados e tivemos que ir modificando. Eu estou dizendo aos senhores como aconteceu a modificação. Era 25% e foi para 20%. Por quê? Porque tanto os Estados como os Municípios colocaram os argumentos de outros investimentos na área da educação que estão dentro dos 25%, em muitos Estados - eu não vou entrar no mérito aqui se deveria ou não estar -, como, por exemplo, a folha de pagamento dos professores aposentados, como, por exemplo, as universidades estaduais, que muitas vezes estão dentro dos 25% dos recursos.

Por conta de todas essas discussões, nós trabalhamos em 20%, deixando 5% de margem para os Estados e Municípios fazerem investimentos.

Em relação aos impostos próprios, por que na proposta originária eram todos os impostos e, de repente, ficam de fora os impostos próprios municipais? Por uma simples razão, existe um pequeno número de Municípios, Deputado, que tem uma arrecadação alta de IPTU e ISS e um grande número de Municípios que não tem arrecadação de IPTU e ISS. Ora, se vocês estão colocando uma cesta para fazer a redistribuição, significa que o Município que tem uma arrecadação alta de ISS e IPTU vai distribuir o seu recurso com os outros Municípios. Por conta disso, a Frente Nacional de Prefeitos, em negociação conosco, com o CONSED, UNDIME e MEC, estamos deixando IPTU, ISS e ITBI fora.

Esses são os recursos provenientes de Estados e Municípios. Agora, o Fundo precisa de recursos da União na cesta. Por quê? Porque nós temos uma terceira característica que é diminuir as diferenças nacionais. Hoje, o financiamento da educação, da maneira como está no Brasil, coloca uma diferença nacional muito forte entre as regiões.

Vou dar três exemplos para vocês. O custo/aluno de São Paulo do FUNDEF este ano - isso não significa que o valor mínimo de São Paulo vai ser esse. Pode ser mais, mas não pode ser menos. Vai ser em torno de R\$1.650,00 este ano.

O custo aluno, daqui de Mato Grosso, deve ficar em torno de R\$900,00 e o de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Tocantins, R\$1.100,00. Já o custo aluno do Maranhão, do Piauí, do Ceará, de Alagoas, da Bahia e do Pará, deve ficar em torno de R\$620,00, já com a complementação da União no FUNDEF...

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - E o do Amazonas?

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES - O do Amazonas? Eu não tenho todos os números, mas é um número mais alto do que o menor e abaixo do intermediário, que é Centro Oeste. Os Estados de Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás têm um valor mínimo, basicamente, equiparado; e o Estado do Amazonas é um pouco abaixo disso.

Então, como você consegue diminuir as diferenças? Se o Governo federal colocar recursos nessa cesta para tentar diminuir essa diferença de baixo para cima. Essa é uma lógica que está no FUNDEF, e é uma lógica que queremos garantir no FUNDEB. Então, qual é a proposta que hoje está sendo negociada no Governo federal? Primeiro, que a complementação da União fique em torno de 10% do total dos 27 Fundos. O total dos 27 Fundos, vamos dizer que seja R\$45 bilhões. Então, a União entraria com 10% do total geral dos fundos, entraria com R\$4,5 bilhões.

Hoje a União, no FUNDEF, complementa no orçamento com R\$737 milhões. Dão 2% em relação ao FUNDEF, porque o valor do FUNDEF nacional hoje, reunindo os 27 Fundos, dá R\$30,6 bilhões. Então, na realidade, a União está entrando com 2%.

Então, a proposta é que vá para 10% do total do Fundo a complementação da União. E de onde vem o recurso? Porque não basta dizer que a União vai complementar com 10%, se não garantir. Isso é que os entes federados têm dito e o Governo federal tem colocado muito claramente: de onde vem o recurso.

A proposta original que nós tínhamos trabalhado era fazer a revinculação da DRU progressivamente. Vocês sabem que a DRU que foi criada com o Fundo Social de Emergência e Plano Real, depois Fundo de Estabilização Fiscal e, agora, DRU, desvincula 20% dos impostos da União, da arrecadação da União para ficar livre na educação, na saúde... Então, a proposta é revincular a DRU progressivamente, em torno de 25% a cada ano, e em quatro anos nós teríamos 100%. Teríamos uma incorporação em torno de R\$4,3 bilhões ou R\$4,5 bilhões.

Avançamos para uma outra proposta, que é aumentar a vinculação da União de 18% para 22,5%. Ao invés da União colocar para a Educação 18% dos seus impostos, ela colocaria 22,5%, sendo que essa diferença entre 22,5% e 18% iria para o FUNDEB, porque se ficar solto, se não disser que é para o FUNDEB, poderá ser usado no ensino superior, poderá ser usado em qualquer outro. Então, essa é uma discussão que está sendo feita dentro do Governo.

(NESTE MOMENTO, HÁ UMA MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDIVEL.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS FERNANDES - Não, são no mínimo 22,5%.

(NESTE MOMENTO, HÁ UMA MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDIVEL.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS FERNANDES - Não, não é até 22,5%; são no mínimo 22,5%.

(NESTE MOMENTO, HÁ UMA MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDIVEL.)

O SR. FRANCISCO CHAGAS FERNANDES - Nós estamos trabalhando no sentido de garantir que não fique amarrada apenas a sub-vinculação dos Estados e Municípios, mas que fique também a da União, diferentemente do FUNDEF. No FUNDEF, sim, está solto. Não tem fonte. O que define melhor é o art. 6º da lei, mas não tem uma fonte do recurso para o FUNDEF.

Nós estamos dizendo quanto que é o valor e colocando qual é a fonte que vai garantir esse valor no FUNDEB.

Então, essa proposta da complementação da União na cesta do FUNDEB é exatamente para diminuir as diferenças regionais; é para complementar os Estados e poder diminuir as diferenças regionais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

A quarta característica é a que já está no FUNDEF, que é equalizar os valores nas várias etapas e modalidades dentro do Estado. Exemplo: o FUNDEF, em Mato Grosso, tanto faz ser na cidade de Cuiabá, como na cidade de Pedra Preta, tem o mesmo valor. O aluno do ensino fundamental tem o mesmo valor em qualquer uma das cidades de Mato Grosso. Qual a proposta? A proposta é a de que no FUNDEB, tanto para a educação infantil, como para o ensino médio, como para o ensino fundamental, como para o EJA e suas modalidades, você tenha o mesmo valor mínimo por aluno. Ou seja, isso é equalizar dentro do Estado um valor mínimo. Isso não significa que o município não pode ter um valor maior do que aquele que está no patamar do FUNDEB. Por quê? Porque o Município terá 5% a mais. O Município e o Estado terão 5% a mais. Hoje não são 25%, são 20%. Então, poderão investir mais. Portanto, poderão ter um valor mínimo por aluno maior. O que não pode é ter um valor menor do que o mínimo. Essa é a proposta. Ou seja, equalizar dentro do Estado através de um valor mínimo.

A quinta característica é a valorização dos trabalhadores da educação. Originalmente, nós propusemos que 80%, no mínimo, da cesta do FUNDEB fosse para remuneração dos trabalhadores da educação, entendendo esses trabalhadores da educação os professores e funcionários de escola. Na discussão com o CONSED e com a UNDIME nós não avançamos e a proposta hoje está no patamar de 60%, no mínimo, para os profissionais do magistério, ou seja, para os professores. Quer dizer, os funcionários não estão colocados nesse patamar de no mínimo 60% do Fundo.

E, por último, o controle social. A sexta característica do Fundo é manter e aperfeiçoar o controle social com os Conselhos de acompanhamento de âmbitos municipal, estadual e federal. Nesse sentido, nós estamos trabalhando com um substitutivo que está tramitando na Câmara dos Deputados, que é oriundo de uma grande discussão que aconteceu durante esses anos todos sobre o FUNDEF, modificando composição do conselho, o funcionamento do conselho, indicação de membros do conselho. Essa proposta está tramitando na Câmara e nós achamos que ela ajuda muito na proposta do controle social do FUNDEF.

Em relação ao piso, à carreira e à profissionalização, que eu falei rapidamente quando disse da valorização, o Ministério da Educação está apoiando a proposta de iniciativa do Deputado Carlos Abicalil, que tramita na Câmara, que trata do piso salarial para os professores, e, também, da proposta de diretrizes de carreira. Não é carreira nacional para os trabalhadores da educação. São diretrizes nacionais de carreira que também tem o apoio do Ministério da Educação, no sentido de termos no Brasil as diretrizes de carreira para os trabalhadores da educação, com piso salarial vinculado ao novo Fundo, ao FUNDEB.

Em relação à profissionalização dos funcionários de escola - eu falei, lá no início, da formação dos trabalhadores de educação -, nós estamos desenvolvendo um programa de formação para profissionalização dos funcionários de escola.

Então, essas são as características básicas do FUNDEB. Eu coloquei aqui seis. É claro que ainda tem tencionamento. Nós discutimos muito durante esse período. É uma discussão difícil, porque você está trabalhando, o Governo Federal está discutindo com os entes federados, com os recursos que são dos Estados e dos Municípios. Inclusive, fazemos questão de ressaltar isso, porque não podemos passar a imagem do passado em relação ao FUNDEF, como se o dinheiro do FUNDEF fosse um dinheiro que viesse do Governo Federal direto para os Estados e Municípios, e, na realidade, a cesta do FUNDEF é dos Estados e Municípios, e a União complementa com 2%.

Nós estamos discutindo com os Estados e Municípios os recursos que são dos Estados e Municípios, colocando uma superior complementação da União. É por isso que nós temos feito uma discussão exaustiva com os Estados e Municípios, ouvindo a sociedade. Já são várias as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

audiências públicas, debates, que nós temos feito e, aliás, nem temos pernas suficientes para fazer todos os debates para os quais somos convocados.

Na próxima semana, eu começo os debates da Comissão de Educação da Câmara. A Comissão de Educação da Câmara vai fazer audiências públicas como esta em cada região do País, sobre o FUNDEB, e o Ministério da Educação vai estar presente, apresentando a proposta.

Perspectiva, qual é? A perspectiva é que a proposta do FUNDEB seja encaminhada, o mais rápido possível, para o Congresso. Eu não sei qual o desenrolar da audiência que está tendo agora, neste momento, o Presidente da República com o Ministro Tarso Genro, especificamente sobre o FUNDEB, mas a perspectiva é que a proposta seja encaminhada imediatamente para o Congresso, até porque entre União, Estados e Municípios, é como se tivéssemos esgotadas as negociações com os três entes federados.

Então, agora, a idéia é que o Congresso, os Deputados, os Parlamentares definam em cima dessa proposta, dessas características que estou colocando agora aqui.

Muito obrigado a todos e a todas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professor Chagas.

Nós vamos agora passar a palavra aos debatedores.

A princípio, tínhamos sinalizado com 10 minutos, mas peço aos debatedores que utilizem um tempo mínimo e suficiente para expor suas percepções, porque eu quero abrir a palavra para a plenária, para que pelos menos cinco inscritos possam também fazer suas interrogações.

Iniciaremos com o Professor Paulo Eduardo Santos, que é do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá, que representa aqui o fórum dos Conselhos Municipais do Brasil.

O SR. PAULO EDUARDO SANTOS - Bom-dia a todos e a todas deste plenário!

Quero cumprimentar a Deputada Estadual Verinha Araújo, que preside esta Mesa na Assembléia Legislativa, que organiza esta Audiência Pública sobre o FUNDEB, cujo tema é da mais alta relevância para a educação mato-grossense, a educação brasileira. Quero ainda cumprimentar o Exm^o Sr. Deputado Federal Carlos Abicalil, co-conferencista; também o Secretário Francisco das Chagas, da Secretaria de Educação Básica do MEC; a Sr^a Ana Carla Muniz, Secretária de Estado de Educação; o Deputado Ságuas; o Presidente do SINTEP, Júlio César; companheira da UNDIME, grande parceira da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

Como já anunciado pelo Deputado Carlos Abicalil, deu início, no dia 24 de abril, domingo, deste ano, a Semana de Ação Mundial e a Semana de Educação para Todos, que vai até o dia 30 de abril de 2005, mas sabemos que a luta continua para além do dia 30 de abril de 2005.

O tema deste ano é “Chega de desigualdades!”. Esta campanha tem o objetivo de pressionar governos e líderes mundiais a cumprir suas promessas referentes à educação.

No Brasil, a Semana é organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma articulação de movimentos, sindicatos, redes e organizações da sociedade civil, no mesmo período em que a UNESCO realiza todo ano a Semana da Educação para Todos. No Brasil, ambos uniram forças para fazer da Semana uma ampla mobilização pelo direito à educação.

É nesse contexto atual de redefinição urgente do padrão de financiamento da educação no Brasil, que a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, em agosto de 2004, deliberou no seu XIV Encontro Nacional, os principais posicionamentos da entidade frente ao quadro da educação nacional. Dentre estes, o compromisso com a criação de um fundo único de manutenção e desenvolvimento que abarque toda a educação básica, procurando, deste modo, corrigir as principais deficiências do FUNDEF, sobretudo com relação às distorções entre os níveis e modalidades do ensino.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Com isto, constata-se que alguns desafios devem estar colocados aos gestores e à sociedade política e civil. Quais são eles? O primeiro é que se torna impossível colocar a educação como prioridade nacional sem rediscutir um pacto federativo. Há atualmente no Brasil três sistemas públicos funcionando, federal, estadual e municipal. É necessário reconhecer que o pacto significa a existência de um sistema nacional de educação, um sistema em que se rediscute o papel da União, principalmente com relação aos pressupostos dos financiamentos.

Segundo, incluir a educação infantil, educação de jovem e adulto e ensino médio, situações que foram prejudicadas com a instituição do FUNDEF, apesar dos avanços. O financiamento deve colocar uma lógica de estruturação de uma oferta educativa que consiga suprir as demandas que se verificam no país.

Terceiro ponto, terceiro desafio, vamos dizer, está associado ao debate de financiamento, é referente ao debate sobre a qualidade da educação no Brasil, constatando que os nossos indicadores de 1995 para cá, a qualidade do ensino só tem caído, sendo necessário rediscutir a formação inicial e formação continuada, seja aquela operada pelas secretarias municipais, estaduais ou apoiadas pelo Ministério, seja a relação conflituosa entre as universidades e os gestores.

Quarto, discutir um novo modelo de Sistema Nacional que enfrenta os desafios atuais da educação. E isso interfere no controle social e que é possível pensar em elevar a participação da sociedade civil sem a criação dos Conselhos Municipais de Educação como órgão estratégico para consolidação da democracia no Sistema de Ensino.

Se o FUNDEB vier da mesma perspectiva que o FUNDEF, é fato que teremos um aumento dos recursos, se considerarmos a ampliação da cesta de impostos previstos para financiar a educação básica e, conseqüentemente, haverá também um aumento de alunos (crianças, jovens e adultos) compreendido pela educação básica e, diga-se de passagem, todos nós sabemos que os custos para a manutenção da educação infantil são mais altos do que é hoje praticado pelo ensino fundamental, sem contar a demanda suprimida nesses últimos anos de FUNDEF. Portanto, teremos uma disputa maior anunciada na distribuição dos recursos financeiros, que deixa de ser dois, primeiro a quarto e cinco a oito, e passa a ser doze modalidades, etapas, que passam a concorrer com o valor mínimo nacional por aluno/ano. A questão é como garantir o valor do aluno/ano para o ensino fundamental e ainda garantir a expansão com qualidade aos demais níveis e modalidades do ensino?

Sabemos que, segundo estudos praticados por especialista, o FUNDEB, mantido na mesma lógica do FUNDEF, deve gerar um fundo no valor de quarenta e sete bilhões de reais. Os estudos revelaram ainda que, para se ter uma educação de qualidade para todos, necessitaria de um fundo em torno de setenta e três bilhões.

Portanto, concluímos que alguém deve ficar de fora se continuarmos nesta mesma perspectiva de financiamento, sem os chamados recursos novos.

Sabemos também da proposta de aumento da complementação da União, saltando de setecentos e trinta e sete bilhões para 2,5 bilhões. Entretanto, nesses anos de FUNDEF, a União acumulou uma dívida com vários Estados que pode chegar a 19 bilhões de reais.

Há ainda que lembrar a insistência dos vetos ao Plano Nacional de Educação - PNE, que teima em permanecer. Sem eles, os recursos passariam de 4,5% para 7% do PIB. Sem contar a manutenção da DRU à política social deste país, mecanismo criado em 2000, que arranca da educação cerca de quatro bilhões de reais por ano.

Nesse cenário e somado aos apostos legais, registrou-se, então, um estímulo à criação dos Conselhos Municipais de Educação, que passaram a ocupar espaço próprio na autonomia dos Municípios. A experiência dos Conselhos, órgãos de Estado, constitui-se em fórum

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

representativo da vontade plural e de deliberação democrática, inserindo no processo de gestão democrática da educação.

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, fundada em 1992, tem desenvolvido ações de interlocução com os órgãos executores das políticas educacionais com os órgãos legislativos e normativos dos Sistemas de Ensino e de parceria com outras organizações e entidades da sociedade civil.

É nesse contexto atual, de redefinição de novos rumos para a educação, inclusive do padrão nacional de financiamento da educação, que se reforça a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de gestão democrática e de controle social, dentre os quais o Conselho Municipal de Educação caracteriza-se como órgão integrante dos Sistemas de Ensino, permitindo a expansão com qualidade da educação.

São posicionamentos políticos da UNCME:

A criação dos Conselhos Municipais de Educação como gestão do controle social e a organização do Sistema Municipal de Ensino;

A busca de mecanismos que garantam a criação de conselhos municipais de educação em todos os Municípios brasileiros, bem como a garantia da inclusão de recursos nos orçamentos municipais, destinados aos Conselhos Municipais de Educação que lhes assegure autonomia financeira.

A UNCME também defende a continuidade, Secretário da Educação Básica, professor Chagas, do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros - PRO-CONSELHO, oferecido pelo MEC em parceria com a UCCME, UNDIME, UNICEF e PNUD.

A regulamentação do regime de colaboração entre União, Estados e Municípios.

A UNCME defende e propõe a defesa da realização da Conferência Nacional de Educação.

O compromisso com a criação do FUNDEB, destacando os seguintes pontos: a inclusão da educação infantil no FUNDEB, sem restrição ou focalização da faixa etária de zero a três anos; o estabelecimento do Custo/Aluno/Qualidade como patamar mínimo de investimento educacional; o aprofundamento e aprimoramento do controle social do financiamento da educação; o pagamento da dívida da União com Estados e Municípios relativa ao não-cumprimento da lei do FUNDEF.

Investir na educação de qualidade é investir na garantia de um direito humano fundamental, que tem o poder de abrir portas e janelas para o acesso a outros direitos ao permitir a formação de sujeitos de direitos: gente que cria, gente que pinta, gente que borda, gente que briga por seus direitos. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito bem, Professor Paulo. Obrigada.

Antes de convidar o próximo debatedor, gostaria de anunciar a visita dos alunos da 5ª série do ensino fundamental da Escola Municipal Filogônio Corrêa, que estão aqui nas nossas galerias. Muito obrigada, crianças, nossos pré-adolescentes, acompanhando a nossa Audiência Pública, acompanhados pelos professores Maria José Alves Martins e Lúcia Pedrosa de Assis. Este é um programa denominado Por Dentro do Parlamento, onde os estudantes visitam a Assembléia Legislativa para conhecer como funciona esta Casa.

Vocês estão, neste momento, acompanhando um debate sobre educação, sobre o financiamento da Educação. Fiquem à vontade e obrigada pela presença.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Gostaria de anunciar, também, a presença do Vereador Jacinto, que é Presidente da Câmara Municipal de Nova Guarita; e a presença, também, do Professor João Pedro Valente, que é Secretário Municipal de Educação de Cuiabá.

Convido para falar, neste momento, a Professora Enair, que é Secretária de Educação de Poconé e que vai falar aqui pela UNDIME.

A SR^a ENAIR REGINA MARTINS - Bom dia a todos do plenário que se fazem presentes.

Em nome da Deputada Verinha Araújo, cumprimento a Mesa aqui composta, cumprimento a nossa Secretária Estadual de Educação e em seu nome cumprimento todos os Secretários presentes.

Hoje aqui estamos representando a UNDIME. O Sr. Elismar Bezerra teve de atender a um chamado, e o estamos aqui representando.

Faço parte da UNDIME também, representando a Baixada Cuiabana.

Trago uma discussão que já foi feita com a UNDIME, MEC e CONSED, e dessa reunião saíram umas preliminares, das quais faço um relato aqui.

“Após a realização dos colóquios com a sociedade civil e da Teleconferência, o Ministério da Educação promoveu quatro encontros com dirigentes do CONSED e UNDIME, além de dois encontros com técnicos das respectivas entidades. O objetivo era consensuar propostas de alterações no texto da PEC do FUNDEB, divulgada em 16 de agosto, e diretrizes para a implementação do Fundo.

Para subsidiar o debate, as entidades apresentaram ao Ministério as deliberações de seus colegiados, por meio da Carta nº 41/04. Os argumentos da UNDIME basearam-se também em estudo de impactos e de percentuais de diferenciação de valores de investimento por aluno.

Após a apresentação de algumas projeções na segunda reunião, em 14 de outubro, as três instituições concordaram com os seguintes pontos:

- vinculação ao FUNDEB de 20% dos impostos vinculados à educação, excluídos os impostos próprios municipais;
- inclusão de um dispositivo determinando um teto máximo e mínimo para definir os percentuais de diferenciação entre os níveis de valores de investimento por aluno/ano;
- inclusão de um dispositivo determinado que seja assegurado o equilíbrio financeiro de Estados e Municípios, na hipótese de uma variação negativa, superior a 10% (na quarta reunião foi sugerido que o percentual fosse reduzido a 5%);
- garantia explícita da contrapartida da União, para atingir, em quatro anos, o percentual de complementação da União igual a 10% do Fundo;
- destinação de, no mínimo, 60% dos recursos de cada Fundo, ao pagamento dos profissionais do Magistério da educação básica em efetivo exercício;
- permanência da creche da educação infantil, mesmo com o valor inferior ao praticado pelos Municípios devido à inclusão dos impostos próprios. Dessa forma, por ser, a mesma uma das etapas da educação infantil, o conceito do FUNDEB será respeitado e preservado;
- comprometimento em intensificar a mobilização no Congresso Nacional para reintegrar os recursos da DRU na educação na Educação.

O debate sobre a definição dos percentuais de diferenciação entre níveis e modalidades considerou que:

- 51,63% das matrículas da educação básica são de responsabilidade dos Municípios, de acordo com os dados do Censo Escolar 2004. Isso representa cerca de um milhão e meio de alunos a mais da rede estadual;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

- os Municípios têm uma menor participação no bolo tributário que o Estado;
- os Municípios poderão complementar os custos com a educação infantil, especialmente as creches, com o percentual dos impostos próprios e dos restantes da vinculação constitucional que seriam 5%, embora a grande maioria dos Municípios pequenos não possuam arrecadação de impostos próprios;

- com a expansão da abrangência do salário-educação para toda a educação básica, os Municípios deixarão de receber 6,98% dos recursos em dados de janeiro a outubro de 2004, esse valor chega a cento e sessenta e um milhões de reais;

- a projeção do FUNDEF para 2005 indica um repasse de R\$6,324 bilhões, por parte dos Estados e uma transferência de R\$7,67 bilhões para os Municípios;

- a complementação da União, ao Fundo, deverá ser de R\$2,5 bilhões em 2005.

Já na reunião do dia 17 de novembro, chegou-se a um impasse. Apesar de todo o consensuado anteriormente, dos avanços obtidos e das simulações que indicavam ganhos aos Estados, o CONSED, ao final da reunião, afirmou que, para concordar com o FUNDEB, ou os impostos municipais teriam de entrar no Fundo ou as creches teriam de ser excluídas. E o contra argumento colocado nessa proposta foi o seguinte - foram três itens -: a concentração dos impostos próprios municipais de alguns poucos grandes Municípios, o que prejudicaria sobremaneira as finanças já conturbadas de tais administrações, devido aos desafios e às implicações que envolvem o Fundo; a definição de um percentual para creche menor do que o praticado; e a possibilidade de utilização dos impostos próprios de cinco por cento do restante da vinculação para a finalidade e a predominância de matrículas municipais, apesar de os Municípios serem os entes mais prejudicados na distribuição.”

A UNDIME diante do exposto acima... Nós estamos de braços abertos para os debates, para continuar o diálogo. E pedimos ao Chagas que olhe, com carinho, para a educação infantil, porque realmente a educação infantil merece ter esse respaldo, esse olhar. Hoje, o Município não possui o poder de estar arcando com todas os problemas que vêm da base da educação infantil. Portanto, que você possa olhar com carinho e com bons olhos para a educação. Essa é a defesa da UNDIME. Obrigada.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Obrigada professora. Gostaríamos de anunciar a presença do Valmir Lazari, que é Presidente da Câmara Municipal de Confresa e que aqui acompanha o Prefeito de Confresa Mauro Sérgio.

Convido agora, para usar a palavra, o Professor Júlio César, que é Presidente do SINTEP. Em seguida usará a palavra a Sr^a Ana Carla Muniz, que é Secretária Estadual de Educação. Depois, nós vamos passar para as perguntas do plenário. Já temos um inscrito, que é o Prefeito de Confresa - o primeiro inscrito.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Bom dia a todos e todas. Quero saudar aqui os componentes da Mesa na pessoa do companheiro Francisco Chagas, com o qual nós temos buscado construir um projeto de educação não só no contexto de Governo, mas no contexto de educadores e do movimento sindical dos trabalhadores da educação.

Quero pedir desculpas a todos e todas pelo uso desse óculo. Estou com problemas na minha vista e não posso expô-la muito a luminosidade, que torna ainda mais agravado o problema.

Nós em Mato Grosso vemos a conquista do FUNDEB como parte de um processo de organização e de luta dos trabalhadores da educação e da sociedade como um todo. Considerando que já em 1989, ao formarmos a Constituição do Estado de Mato Grosso, já prevíamos um sistema

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

único, vemos que esse processo não é uma novidade para nós, mas uma busca pelo menos já estabelecida, inclusive na principal legislação deste Estado.

De lá para cá, nós temos tido uma caminhada na perspectiva da construção desse sistema único. E vimos em 1995, portanto há dez anos, a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação, quando se definiu por um fundo para a educação básica, onde participariam Estados e Municípios, já também com otimismo de que estaríamos dando um passo importante para a constituição desse sistema único aqui em Mato Grosso. Infelizmente, aquilo que foi resultado daquela Conferência não se deu na prática, porque o que tivemos de fundo foi o FUNDEF, que não só frustrou todos aqueles que defendiam um modelo de sistema único, como a todos nós aqui em Mato Grosso, e também aqueles que participaram da 1ª Conferência Nacional, para todos, naquilo que era a perspectiva estabelecida lá ou pelo menos pactuavam Estados, Municípios e sociedade civil presentes naquela Conferência.

Posteriormente, aqui em Mato Grosso, com a realização da primeira e única Conferência Estadual de Educação, nós avançamos mais um pouco na perspectiva da criação de um sistema único. E para isso, a necessidade do estabelecimento de um fundo unificado para o financiamento da educação, mas, mais que um fundo, a gestão unificada da educação, na qual, infelizmente, não avançamos o suficiente para estabelecermos na prática. Aliás, nem a outra conferência prevista naquela, que deveria ocorrer no ano posterior, até o presente momento foi realizada. É responsabilidade do Governo passado, mas também responsabilidade do atual Governo, que tem se omitido no encaminhamento necessário para que ocorra essa conferência de educação, que sucederia aquela primeira e teria como finalidade sistematizar de forma mais objetiva o que seria o sistema único.

Em 1998, demos um passo também importante ao regulamentarmos na Lei Complementar nº 49, de Mato Grosso, o sistema de educação do Estado. E esta regulamentação estabelece, no art. 10 até o art. 16, os princípios para um regime de colaboração de gestão única que, para nós, era o veículo que permitiria fazermos a travessia da atual situação que nós temos de redes isoladas para aproximarmos daquilo que era a perspectiva do sistema único de educação.

Vemos, portanto, com bons olhos e isso atende, digamos assim, parte dessa caminhada, responde parte dessa caminhada, que nós temos feito, a criação do FUNDEB.

Nós vemos que o FUNDEB aproxima daquele modelo que nós temos de sistema único de ensino, principalmente no que diz respeito à questão do financiamento da educação. No entanto, essa proximidade ainda não é o fim do caminho que nós sabemos que temos que percorrer. Aliás, queremos dizer que consideramos alguns avanços, desde o primeiro colóquio de que participei, lá em Tocantins, onde estava presente o companheiro Chagas, e apontamos e fizemos algumas críticas à proposta realizada lá a esta proposta que hoje está prestes a ser encaminhada ao Congresso Nacional. Vimos avanço, principalmente porque uma das cobranças que fazíamos era a cobrança de novos investimentos na educação e a ampliação do recurso vinculado da União, e o que isso significará, não podemos, sem dúvida nenhum, afirmar ter sido um avanço entre aquele projeto discutido lá em Tocantins e este que agora está em discussão. No entanto, achamos que é preciso avançar mais. Vimos e criticamos o fato de não termos os 25% da manutenção do desenvolvimento do ensino, todo ele na composição desse Fundo. Portanto, entendemos que não só os 25% do Estado e, integralmente, dos Municípios devem compor esse Fundo.

Também achamos que é preciso avançar no processo de regime de colaboração, até porque, hoje, nós temos ações concorrentes, ações redundantes, muitas vezes estabelecidas mais pela vaidade pessoal do que pelas necessidades efetivas da política educacional na aplicação de recursos, e isso termina, em função disso, havendo um prejuízo no atendimento da demanda efetiva

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

dos interesses e necessidades da sociedade. Achamos que precisamos avançar também na perspectiva do regime de colaboração, para darmos conta dessa situação.

Também achamos que precisamos avançar no conceito de gestão. Por isso continuaremos defendendo um sistema único de ensino, onde teremos uma gestão unificada de recursos com a participação, conforme definida naquela conferência, com a participação do Estado, dos Municípios, do Executivo e do Legislativo, mas também da sociedade na gestão do sistema único.

Entendemos que o estabelecimento dessa unificação do financiamento é um passo importante também para a unificação da gestão, mas ainda não é a solução definitiva, pelo menos na ótica dos trabalhadores da educação e na ótica daqueles que participaram, tanto da Conferência Nacional, em 1994, como de nós no Estado que realizamos a Conferência Estadual de 1996, na solução do problema da educação na perspectiva de assegurar a oferta de uma educação de qualidade para toda a sociedade com condições de trabalho dignas para todos os trabalhadores da educação. Portanto, pensamos nesse sentido.

Somos defensores também intransigentes da inclusão da educação infantil como um todo dentro das políticas ou das demandas do FUNDEB. Não concordamos que a creche seja excluída disso, assim como não concordamos com a exclusão de qualquer centavo dos recursos vinculados à educação.

Por último, também entendemos que se queremos avançar definitivamente na questão da educação precisamos definir, com maior clareza, o que é manutenção do desenvolvimento do ensino, porque é inaceitável que as verbas de previdência, quer dizer, as despesas de previdência sejam hoje cobertas com recursos que são para a manutenção do desenvolvimento do ensino, como está acontecendo no Estado de Mato Grosso, onde cerca de 27%, pelo menos foi o que ocorreu no ano de 2003, dos recursos que deveriam ser para gasto de pessoal, foram aplicados no pagamento de aposentados e pensionistas para sanar a omissão do Estado no repasse dos recursos que são recolhidos da contribuição de cada trabalhador e da sua contrapartida ao longo da história recente deste Estado.

Com isso, achamos que esse passivo que o Estado tem, tem que ser pago. Só não achamos justo que seja pago com recursos da educação básica e com exclusividade pelos trabalhadores da educação de Mato Grosso. Afinal, os 27% saíram do nosso salário, foi um desconto para a previdência que, embutido no nosso salário, de fato não é contabilizado como sendo verba previdenciária. Mas isso tem implicação concreta do ponto de vista da qualidade e dos resultados da educação.

Portanto, ao defendermos lá que os recursos da manutenção do desenvolvimento do ensino sejam aplicados exclusivamente na manutenção do desenvolvimento do ensino, nós temos certeza de que estamos também buscando assegurar qualidade na educação, porque a qualidade de vida, a qualidade da carreira, a qualidade das condições do trabalhador da educação reflete na produtividade e nos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

Para concluir, estaremos nessa marcha, no dia de amanhã, em Brasília, no sentido de garantir esses pontos, essencialmente, que são: integrar os 25% integralmente da manutenção do desenvolvimento do ensino do Estado e Município compondo os recursos do Fundo; o atendimento de toda a demanda de educação básica, incluindo creches; os recursos da manutenção do desenvolvimento do ensino, exclusivamente, para as ações que são efetivamente de manutenção do desenvolvimento do ensino que não tenha ocorrido hoje; e, é claro, regime de colaboração e a busca de uma gestão que possa assegurar a unificação das redes e dos sistemas que nós temos hoje. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professor.

Convido agora, para usar a palavra, a Sr^a Secretária Estadual de Educação, Ana Carla Muniz.

A SR^a ANA CARLA MUNIZ - Bom-dia a todas e a todos presentes no plenário da Assembléia Legislativa.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, Deputada que organizou esta Audiência Pública para discutir um assunto tão importante no nosso país, a criação do FUNDEB.

Cumprimento o Sr. Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; o Sr. Paulo Eduardo dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá; o Deputado Federal do nosso Estado Carlos Abicalil; o Deputado Ságuas; o Sr. Júlio César Martins Viana, Presidente do SINTEP; a nossa representante, que falou aqui pela UNDIME; os secretários presentes e a imprensa.

Quero dizer que o CONSED, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, discuti junto ao Ministério de Educação, há alguns anos, a criação do FUNDEB.

Gostaria de fazer um registro ao Ex-Ministro Cristóvão Buarque, que debateu exaustivamente com Secretários Estaduais este fundo. Além de discutir e debater teve uma parceria fina com o CONSED, tendo em vista que as discussões com o Ministro da Fazenda e com a Casa Civil eram feitas basicamente entre o Ministério da Educação e a equipe do Governo Federal. E trouxe suporte e conhecimento ao nosso Conselho Nacional para que pudéssemos, depois de várias etapas, aqui mencionadas por vários representantes que falaram, chegar ao encaminhamento para que pudéssemos discutir e pleitear os dez por cento do Governo Federal na aplicação do FUNDEB.

No último dia quatorze de março, o Ministro Tarso Genro nos apresentou de que forma poderíamos discutir a partilha dos quatrocentos e setenta milhões de reais que estão no orçamento de 2005. Recursos esses a mais, dos setecentos e cinquenta colocados pelo nosso professor Chagas, e de que forma poderíamos partilhar esses recursos antes da criação do FUNDEB. E nós Secretários de Educação, na reunião em São Paulo, fizemos uma proposta de consenso de que esse recurso fosse partilhado, cinquenta por cento para os Estados com IDH abaixo da média e cinquenta por cento com um número elevado de alunos.

Mato Grosso está pleiteando, em cima desses critérios, algo em torno de onze a doze milhões de reais, este ano, cujos recursos serão usados para formação de professores do ensino médio integrado, para valorização da nossa rede de professores, para construção e melhorias das escolas e um plano emergencial para o enfrentamento da falta de professores do ensino médio.

Apresentamos, através do CONSED, no dia vinte e um de março, essa proposta que está sendo analisada pelo Ministro para que nós possamos, com esse recurso, de quatrocentos e setenta milhões, a mais dos setecentos e cinquenta milhões, já aplicá-lo no ano de 2005.

E aqui eu gostaria de pedir aos representantes do Ministério, do Governo Federal e da Câmara Federal de Mato Grosso, uma maior agilidade, uma maior desburocratização de convênios, recursos com os Estados, para que possamos aplicar ao longo do ano letivo e não deixarmos para o meio e final do segundo semestre. Foi também uma reivindicação que fizemos ao Ministro Tarso Genro.

O aporte do recurso do Governo Federal que está sendo discutido, em torno de 10% do valor dos quarenta e cinco a quarenta e sete bilhões de reais que estão sendo discutidos para criação do FUNDEB, para nós é um grande avanço. Mas sabemos que isso não é o necessário, não é o bastante, para que possamos tirar o Brasil do último lugar na avaliação do PISA (*Project for International Student Assessment*), avaliação internacional que colocou o Brasil, em uma avaliação

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

de trinta e dois países, em último lugar em conhecimento de português, em avaliação da matemática, em várias disciplinas, Deputado Carlos Abicalil. Mato Grosso não está diferente! Mato Grosso está abaixo da média nacional. Com todos os avanços que a categoria tem buscado, que os Governos passados tiveram, nós estamos ainda abaixo da média nacional. Isso nos preocupa muito. E, em cima dessa realidade, temos debatido com professores, com diretores, com a categoria, para que nós possamos avançar na melhoria do ensino em Mato Grosso.

A Secretaria de Educação tem feito investimento em formação continuada, em formação inicial, Professor Chagas. Possivelmente, nós vamos ter, talvez, uma parcela muito pequena ou, talvez, nem vamos ter um número de professores para fazer formação inicial. Mato Grosso já está completando o quadro, até porque já temos onze cursos na região do Araguaia, que era uma região onde faltava formação de 3º grau aos nossos profissionais. Mas nós percebemos que precisamos ainda avançar muito para termos a qualidade desejada, ou na média, ou melhor, do que a média que o Brasil está apresentando.

Em cima dessas discussões internas, dessas discussões com o CEFAPROS, que é o Centro de Formação de Profissionais, com os nossos assessores, com os nossos coordenadores, é que tomamos a decisão, além dessa formação continuada que temos na Secretaria de Educação; além de ter aberto as cem novas vagas aos professores indígenas este ano em Barra do Bugres, tendo compromisso para cem novas vagas para o ano que vem de formação inicial de professores indígenas, contribuindo para essa melhoria no ensino. Nós temos um grande investimento em formação continuada, que eu estava colocando ao senhor, que vai abranger uma formação de um ano e seis meses a todos os professores de 1ª a 8ª séries, de Português e a todos os professores da disciplina de Matemática, para que nós possamos, realmente, dar condições a esses servidores, fazer a avaliação de desempenho dos nossos alunos na rede estadual, montar as formações, as carências, e as deficiências que os nossos profissionais da educação têm nesta formação, e aí acompanhar e avaliar esse professor em sala de aula.

Hoje, trabalhar com os índices do SAEB nos traz uma dificuldade muito grande. Nem todos os Estados têm os microdados da avaliação do SAEB.

E era importante, Professor Chagas, inclusive o senhor colocar este questionamento do Secretário de Educação, com certeza, e dos Secretários municipais de Educação, para que o INEP, a partir da avaliação que irá fazer em novembro de 2005, possa fornecer aos sindicatos, aos Conselhos estaduais, aos Conselhos municipais, às Secretarias Estaduais, às Secretarias municipais de Educação esses microdados, para que nós possamos avaliar por regiões as deficiências, as carências, porque não são todos os Estados que têm condições de fazer uma avaliação universal, e é em cima dessas dificuldades que muitas vezes temos dificuldades também de montar as formações.

É importante que todos possam debater em cima de algumas realidades. Mato Grosso é um Estado muito grande, com carências e dificuldades diferenciadas por regiões.

Nós sabemos que as dificuldades que o Araguaia enfrenta são diferentes das de Cuiabá e da Baixada Cuiabana, são diferentes das do norte, são diferentes das dificuldades da região sul. A avaliação do SAEB ajudaria e muito para que os Municípios e o Estado pudessem montar as formações continuadas iniciais, avaliar de que forma foram feitas essas pesquisas e debater com os servidores.

Mas nós iremos fazer, já nas disciplinas de português e matemática, como já fizemos e estamos implementando uma capacitação, uma formação continuada de um ano, para todos os professores de licenciatura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Então, fico muito feliz com esse debate. Gostaria de parabenizar a Deputada Verinha Araújo, que está colocando de uma forma aberta a toda sociedade. Gostaria que mais servidores da educação, mais representantes que trabalham com a educação pudessem estar presentes, como outros segmentos: Conselho Estadual de Educação, União dos Estudantes, para debater, argumentar, criticar e nos orientar, até porque temos representantes de primeira hora do Ministério da Educação, temos representantes que trabalham com a educação, como o Deputado Carlos Abicalil, que hoje ocupa uma função especial e que orgulha muito Mato Grosso.

Eu gostaria, por último, de pedir que o nosso Deputado Federal Carlos Abicalil e todos os representantes pudessem argumentar com o Ministro Antônio Palocci, até porque temos certeza das dificuldades que o nosso Ministro da Educação e o nosso CONSED estão tendo com o Ministro da Fazenda. Entendemos a sua defesa, mas temos de avançar. E é o sistema financeiro do Governo federal que esbarra toda discussão e toda a negociação do fim da DRU - Desvinculação dos Recursos da União, que pedimos a revinculação, como disse o professor Chagas, a revinculação dos recursos desvinculados da União, que vão dar condições para que o FUNDEB nasça e nasça forte. Nasça e possa ter a programação ano a ano, para que possamos ter, além da universalização da educação também a qualidade da educação no Brasil.

Mato Grosso, com certeza, irá contribuir para com a melhoria dos seus indicadores, através da parceria de todos os servidores. Mato Grosso, contribuindo e fazendo a sua parte, vai contribuir para com o Brasil, vai contribuir para com todos aqueles que precisam, além de o acesso à escola, ter também o conhecimento.

Muito obrigada. Parabéns a todos!

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Secretária.

Gostaríamos aqui de dizer que, amanhã, estaremos acompanhando a marcha junto com o SINTEP, com a CNTE, com o Professor Carlos Abicalil que é Deputado Federal de Mato Grosso.

Quero dizer à Secretária que convidamos os estudantes, mas, infelizmente, não compareceram. Nós procuramos convidar as representações para que aqui utilizem a palavra, para que se pronunciem.

Neste momento, nós vamos convidar duas inscrições da platéia. Em seguida, retornaremos à mesa, para que possam aqui fazer os esclarecimentos aos debatedores.

Então, estão inscritos o Sr. Mauro Sérgio, Prefeito de Confresa, que dispõe de três minutos, e o Sr. João Pedro Valente, Secretário de Educação de Cuiabá, que também dispõe de três minutos.

O SR. MAURO SÉRGIO - Eu gostaria de cumprimentar a mesa com um bom-dia, em nome dos Parlamentares, a Secretária e todos os presentes.

Ainda conheço muito pouco sobre essa nova proposta do FUNDEB, que é muito interessante. No meu Município, nós já tivemos alguns avanços importantes com o FUNDEF, mas temos alguns prejuízos.

A minha preocupação é com a fiscalização da aplicação desses recursos, porque no FUNDEF nós tivemos muitos prejuízos. Eu creio que vários Municípios brasileiros, principalmente o meu, também tiveram, já que não houve responsabilidade em algumas gestões anteriores. Esse prejuízo não fica só para o Município, maior é para a população, porque nós formamos indivíduos.

Nós temos um Município atípico, em que a maioria da nossa população está na zona rural, em assentamentos. Nós temos falta de investimentos e o Município não dá conta sozinho de construções, de espaço físico para escolas. Nós temos ainda crianças que estudam debaixo de árvores, por falta de salas de aula. Tivemos um prejuízo de oito anos, quando teve gestão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

compartilhada com o Estado. Tanto o Estado teve prejuízo, quanto o Município, na gestão única, e isso se arrastou por muito tempo, durante oito anos.

Houve desvio de recursos. A fiscalização... Eu até acho que no FUNDEB deveria, Deputado, assegurar em lei que quando chegasse alguma denúncia ao Poder Judiciário, se julgasse com mais rapidez, porque o prejuízo para a população é muito grande. Não é só para o sistema, só para o Estado, só para o Município, que perdeu recursos públicos mal aplicados, ou mesmo que foram desviados. Eu acho que essa eficiência foi muito frágil. Nós temos em nosso Município, por exemplo, algumas coisas que não foram julgadas, contas prejudiciais que tiraram do FUNDEF, desvios, cerca de um milhão de reais num ano só. Para um Município pequeno, isso é muito prejudicial.

Nós crescemos acima da economia, muito acima. Nós estamos a quinze anos, segundo o IBGE, um dos Municípios dos dez Municípios que mais cresce no Brasil. Lá nós temos um crescimento de mais de quinhentos alunos por ano no ensino fundamental. Então, a preocupação também fica com os recursos dos 60%. Até 2001 fica assegurado que parte dos recursos poderia ser utilizado na formação de professores. Como Confresa tem a maioria dos alunos na zona rural essa é uma dificuldade grande. Você forma professor e ele consegue ir para alguns Municípios vizinhos, depois de formado, e ficamos sem profissional. E aí, de repente, a partir de 2001, tivemos uma perda grande de profissionais para outros Municípios, porque foram buscar melhores salários em algumas regiões economicamente mais equilibradas. Esse percentual, no FUNDEB, vai poder ser gasto com formação de professores?

Lá no Araguaia, mesmo a Secretária dizendo que abriu um dos cursos, Confresa entrou esse ano com mais de cem professores em formação, mas nós temos uma deficiência muito grande. Temos professores ainda que só têm a sétima série do ensino fundamental. Teria que ter o Pró-Formação novamente. Para nós, para o Município, é essencial isso voltar. Como é uma região atípica... Eu acho que algumas regiões tomam prejuízo, gostaria de saber se o FUNDEB vai garantir que regiões atípicas, como Confresa, tenham um tratamento diferenciado, porque a arrecadação do Município é muito pequena. Com essa elevação de 5%, incluindo outras modalidades, não fica prejudicado o ensino fundamental? Confresa, enquanto o Estado de Mato Grosso tem apenas mil e poucos alunos assumidos, lá nós temos quase seis mil alunos no ensino fundamental. É muito alto para o Município sozinho, com os recursos do FUNDEF, tocar essas despesas, principalmente transporte escolar que fica acima de 80 mil reais mensais para o Município. Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Secretário João Valente.

O SR. JOÃO VALENTE - Bom-dia a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, e quero parabenizá-la pela iniciativa; o Deputado Carlos Abicalil, esse referencial da educação não só de Mato Grosso, mas do Brasil. Nós temos andado por aí e temos ouvido falar muito do senhor. Isso nos deixa orgulhoso.

O meu comentário é muito rápido. Eu só não gostaria de deixar passar, mais uma vez, o meu registro. Eu tive três oportunidades de ouvir o nosso querido Chagas falar sobre o FUNDEB. Uma, lá na AMM - Associação Mato-grossense dos Municípios, por ocasião daquele encontro da UNDIME, que aconteceu na AMM; outra, por ocasião do nosso fórum articulador, nosso seminário articulador, e hoje. Em cada um dos encontros aprendi um pouco, quer dizer, entendi um pouco mais. E hoje, aqui, Sr. Chagas, eu recebi uma minuta da proposta de emenda constitucional.

Algumas perguntas que eu havia feito quando do nosso encontro, eu continuo vendo que não estão contempladas aqui. Por exemplo, a questão, na educação infantil, da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

contemplação das creches não está clara aqui nesta minuta. Eu acho que nós deveríamos ver a possibilidade de contemplarmos as creches nessa minuta.

Outra contribuição que eu gostaria de fazer é com relação ao investimento nos professores, na valorização dos professores. Nós temos aqui colocados 60% para pagamento de salários de professores. Eu gostaria que fossem colocados profissionais da educação, porque senão ficará complicado depois nós administrarmos a questão dos outros profissionais envolvidos na educação. Então, nós temos o entendimento que os profissionais da educação devem ser tratados da mesma forma.

Eu queria manifestar aqui, com uma base pequena ainda, mas eu diria com o que eu pude aprender nessas conversas que já ouvimos, nessas falas que já ouvimos, que é hora realmente de se pensar em acelerar a implantação do FUNDEB sim. Por que eu acho que já é hora? É hora pelo seguinte... Eu acabei de ouvir a fala da Secretária Ana Carla e aí me estimulou a fazer essa participação, essa pergunta. Quando a Secretária Ana Carla falou, ela colocou aí a questão do recurso, que ela está lutando pela divisão dele, desses 470 milhões, e ela coloca com preocupação a questão da recuperação das escolas e a contratação e qualificação dos professores do ensino médio.

Nós do Município, a nossa preocupação é com a educação infantil, é justamente quem está fora. E a nossa situação não é diferente, é problema nas escolas, adequação da rede para receber as crianças na educação infantil, é a formação de professores para esse nível, quer dizer, o nosso problema é tão ou maior que o problema do Estado com relação ao ensino médio.

Então, o Estado identifica lá o problema maior no ensino médio e nós identificamos o problema maior na educação infantil. Quer dizer, isso mostra que o FUNDEF, apesar dos problemas que tem, colaborou no ensino fundamental, mas o ensino médio e a educação infantil estão fora, precisando realmente ser acarinhadas, ser acolhidas no rol de preocupações do Governo Federal.

Então, eu tenho sentido na pele a questão da educação infantil, as escolas com problemas da mais alta gravidade, que não vale aqui elencar, o Prefeito conhece, os Secretários de Educação também... Então, eu tenho uma avaliação muito positiva, estou vendo com muito bons olhos, fico preocupado com esse incremento, no primeiro ano, de 5%; no segundo ano, de 6%; depois 8%, para depois chegar aos 10%. Se fosse possível nós colocarmos os 10% de imediato, eu acho que seria bem-vindo. Eu tenho clareza de que nós não damos conta de atender a demanda, isso está claro para mim, mas nós temos que lutar para atender o máximo possível.

Então, eu quero registrar, inclusive do ponto de vista do gestor, que a implantação do FUNDEB é benéfica, porque você, hoje, se for administrar direitinho a Secretaria, tem que ter duas folhas, uma com ensino fundamental e a outra com os demais níveis. Muitas Secretarias não têm feito isso, quer dizer, está sujeita a ser pego pelo Tribunal de Contas, etc. Então, o FUNDEB facilita, inclusive, a vida do gestor.

Então, eu particularmente, com as informações que tenho até hoje, feitas essas observações e outras que, seguramente, outras pessoas farão, eu acho que o FUNDEB é bem-vindo e eu gostaria que ele fosse implementado o quanto antes. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Com a palavra, o Deputado Estadual Ságuas.

Gostaria de lembrar que esta Audiência Pública foi convocada por mim e pelo Deputado Ságuas. É uma Audiência Pública conjunta da Bancada do PT, inclusive por sugestão do Deputado Federal Carlos Abicalil, que solicitou a marcação desta Audiência.

Nós estamos aqui num ritmo que é em relação à Semana Nacional de Mobilização, junto com a CNTE, junto com os Conselhos, UNDIME. Então, é toda uma jornada esta semana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. SÁGUAS - Eu quero cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, com quem compartilhei a solicitação desta Audiência Pública; Deputado Carlos Abicalil, que também contribuiu para que pudéssemos estar realizando esta Audiência; cumprimentar o representante da UNDIME; o Paulo Eduardo, que é do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá; o Sr. Francisco das Chagas Fernandes, que é Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação; a Sr^a Ana Carla Muniz, Secretária Estadual de Educação; o Sr. Mauro Sérgio, Prefeito de Confresa; o Sr. Vereador e Presidente da Câmara de Confresa; o Sr. João Pedro Valente, Secretário de Educação, que muito nos ajudou, quando estava na UFMT, para que pudéssemos regularizar problemas de alguns cursos da Turma Especial em Juína; o Sr. Serginho Carismáticos, Vereador de Várzea Grande; o Sr. Jacinto, Vereador de Nova Guarita. Enfim, cumprimento a todos e a todas presentes.

Quero dizer que vemos com muita alegria uma nova proposta para irmos, aos poucos, avançando nessa questão da educação.

Eu me lembro, quando assumi a prefeitura, Sr. Chagas, em 1997, o Município de Juína tinha 32 mil habitantes, na época, e discutíamos o FUNDEF. E 1997 foi um ano extremamente complicado, porque ninguém sabia como se dava o FUNDEF. Tivemos várias reuniões aqui em Cuiabá com o Ministério da Educação, com a Secretaria de Educação, para informar como deveria acontecer o FUNDEF, os recursos, a vinculação dos recursos, enfim, tivemos reunião com os prefeitos, com os secretários de educação, com os secretários de finanças, e depois tivemos que trazer o pessoal da contabilidade porque era um assunto novo e ninguém sabia muito bem como lidar.

Na época, os prefeitos aplicavam os 25% ao seu bel prazer: construíam escolas superfaturadas, embolsavam a metade do dinheiro ou desviavam para outros fundos - obviamente que não eram todos os prefeitos - e, no final do ano, eles apresentavam as contas de que tinham gastado 25% com educação.

A questão dos salários dos profissionais da educação, em cada Município era de um jeito, ainda hoje é assim, cada um é de um jeito, devido às disparidades regionais. Mas, naquela época, se o prefeito tivesse interesse, ele aplicava uma quantia "x" na educação; se não, ele não aplicava na questão salarial dos profissionais da educação.

Então, o FUNDEF teve um avanço significativo porque, com ele, conseguiu-se definir que, minimamente, 60% fossem aplicados nos salários dos professores. Isso amarrou um pouco mais os recursos.

O prefeito Mauro, de Confresa, citou aqui os desvios escandalosos que aconteceram em Confresa, e eu conhecia bem a situação de Confresa, na época em que fui prefeito, também. Mas, de qualquer maneira, você tem um ou outro caso onde aconteceram esses desvios significativos, principalmente onde teve a gestão única, que, me parece, tinha menos controle sobre esses casos. Esses avanços aconteceram, porém, o FUNDEF ficou limitado na questão do ensino fundamental. Nós temos a educação infantil, que foi aqui falado por todos da importância de se incluir a educação infantil nos recursos, nesse fundo novo que vai ser criado, que é o FUNDEB. E também o ensino médio e a educação de jovens e adultos, que estavam excluídos no FUNDEF, passam a ser incluídos agora, e vamos ter que lutar para que de fato possam ser incluídos no FUNDEB.

Ainda há uma outra questão, que é a diferenciação entre urbano e rural, ensino médio e rural, ensino fundamental urbano e rural, porque são diferentes, os gastos são diferentes, e acho que tem que se fazer essa diferenciação.

Então, eu acho que, com o FUNDEB, vamos estar aperfeiçoando significativamente o FUNDEF que já foi um grande avanço que houve nesses últimos dez anos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Também temos a questão da qualificação dos nossos profissionais da educação, que já houve qualificação, mas há necessidade de se fazer mais, temos que melhorar os instrumentos, os equipamentos de educação desde o prédio até a informatização das escolas. Enfim, nós ainda precisamos avançar muito. Esses dez anos do FUNDEF não foram suficientes para chegarmos num nível que, eu acho, todos nós queríamos.

Eu acredito que agora, com o FUNDEB, teremos como resolver alguns problemas. Por exemplo, essa questão da equalização do valor mínimo custo/aluno, é fundamental porque, vejam bem, aqui em Mato Grosso, se pegarmos Guarantã, que tem em torno de trinta... Vamos pegar Peixoto Azevedo, que tem em torno de trinta mil habitantes, vinte e oito ou trinta mil habitantes, então, a arrecadação total do Município, incluindo já os recursos da educação, é em torno de novecentos mil, não chega a um milhão.

Aí nós temos Campo Novo do Parecis que tem uma receita bruta - isso é só dos convênios, eu estou incluindo, também, só os recursos da educação e saúde - de dois milhões e meio; ou seja, para esse Município chegar nos 25% que ele tem que gastar com a educação, no caso de Peixoto, irá sobrar muito pouco para complementar os 10% para chegar nos 25%; ou seja, o salário do profissional de educação lá em Peixoto, se tiver interesse do Prefeito, não tem como equiparar com o salário do profissional lá de Campo Novo, porque as receitas são diferentes. Você tem um Município com a mesma população, um arrecada um milhão e o outro arrecada dois milhões e meio.

Então, aquele que arrecada dois milhões e meio tem condições de investir em escolas de melhor qualidade, equipar suas escolas melhores. Se passar por Lucas do Rio Verde você vai ver que as escolas de lá são muito bonitas e tal. Não é simplesmente porque o prefeito acha que deve ser daquele jeito, mas é porque tem recursos. Todo mundo gostaria de construir escolas bonitas e muito bem equipadas, mas aí entra na questão de falta de recursos.

E aí quero deixar um apelo, aqui, de que nós temos que lutar muito para que a educação infantil seja incluída. Porque quando assumi a Prefeitura de Juína, na época tinha trinta e dois mil habitantes, e tínhamos cento e oitenta crianças em creche, naquele Município. Quando saí, deixei a creche com noventa crianças. E o Altir Peruzzo, que foi meu Vice, que ficou no meu lugar, ampliou e saiu dela com mil e cinquenta crianças em creche em período integral, naquele Município.

Só estando lá por perto. Só sendo educadores ou pediatra, como eu sou, e nas campanhas, quando temos oportunidade de visitar casa por casa no Município, que você vê criança de sete, oito anos cuidando de criança de dois, três anos, correndo todos os riscos que um acidente doméstico pode oferecer, correndo todos os outros riscos que podem acontecer fora do domicílio, é que tem que estar claro para nós o tanto que é importante a questão do ensino fundamental, da creche. E aí eu tenho dito em todas as prefeituras que tenho visitado que creche é fundamental. Não só pela questão da segurança das crianças, mas também para que ela possa receber educação de qualidade e para que essas famílias possam ter mais qualidade de vida.

Porque só com as creches é que você vai liberar o pai ou mãe, que por ventura tenha que cuidar das crianças, para o trabalho a fim de melhorar a renda da família. Além de estar preocupado com a questão da formação, com a questão da educação da criança, nós temos que estar preocupados, também, em garantir mais qualidade de vida à população.

Eu acho que é importantíssimo, e o Chagas tem claro isso, também, para que, nesse aspecto, seja garantido de fato os recursos para creche, para educação infantil que é fundamental para que possamos ter crianças bem cuidadas, com um futuro garantido e com mais qualidade de vida, também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Eram essas as minhas ponderações. E dizer que precisamos estar mobilizados, porque dentro do mesmo Governo você tem, em cada Ministro, ou dentro de um Estado, cada Secretário ou Município, cada um tem que puxar do seu lado. Da Educação está com esta proposta do FUNDEB, e ele tem que tentar conseguir o máximo de recurso possível. Mas o Ministro da Fazenda sabe que não pode liberar tudo aqui, porque tem a saúde, tem isso, tem aquilo e tem vários outros compromissos. Porém, precisamos nos organizar e temos que mobilizar, como a Educação sempre se mobilizou, para que possamos garantir as condições mínimas e oferecer uma educação de qualidade neste país. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos passar a palavra aos dois expositores.

Cada um terá dez minutos.

Antes, eu quero registrar a presença conosco da Sr^a Vera Carvalho, que é Presidente da ONG Cidadania Divina Luz; da Sr^a Lucília Fernandes, que é Secretária Municipal de Bom Jesus do Araguaia; do Sr. Ismar Grubert, Secretário de Finanças de Canarana; e do vereador Aldo de Carvalho, do Partido dos Trabalhadores, do Município de Terra Nova do Norte, acompanhado pelo Sr. Valmir Almeida Vieira, também de Terra Nova do Norte.

Com a palavra, o Sr. Carlos Abicalil, que terá dez minutos para os esclarecimentos, posicionamentos e encerramento.

O SR. CARLOS ABICALIL - Sr^a Presidente, Deputada Verinha Araújo; demais parceiros e parceiras da Mesa, em especial os que colaboraram também aqui no plenário com suas múltiplas, diversas e absolutamente legítimas preocupações em torno desse tema.

Eu gostaria de colocar atenção em alguns outros focos, os quais na primeira exposição não pude expressar, mas que, como um conjunto das exposições aqui, colocam sobre nós, particularmente da Câmara dos Deputados e do Senado, uma responsabilidade grande de decidir. Porque o Executivo, no processo de negociação que vem fazendo no âmbito das três esferas de administração com Estados e Municípios, tem a prerrogativa de propor, mas nós é que tomaremos a decisão na Câmara dos Deputados e, evidentemente, depois, no Senado Federal, por se tratar de Emenda Constitucional com *quorum* qualificado de 2/3.

A primeira consideração que eu quero fazer é que todas as intervenções, literalmente todas, que tivemos aqui e as que tenho ouvido no País inteiro, com raríssimas exceções, são afirmativas com relação ao FUNDEB. Eu estou tecendo este comentário em função de que a batalha para constituir-se 2/3 dos votos na Câmara dos Deputados não é menor, nem é pequena, em particular sem resolução final da reforma tributária, que, ainda, está em fase de conclusão. Evidentemente, que os atores que estão constituídos legitimamente, representando Estados, Municípios e a própria União neste debate, têm a noção exata do que significam as disputas setoriais das áreas sociais em cada uma das esferas da administração com o departamento de finanças, ou com a Secretaria de Finanças ou Secretaria de Fazenda. Não é diferente em Mato Grosso, em nenhuma das nossas cidades, sejam elas administradas pelo Partido “a”, “b”, “c” ou “d”. E há disposições constitucionais, no caso do nosso Estado, que, por exemplo, impedem que concessões de incentivos fiscais possam incidir sobre recursos vinculados à educação. É dispositivo constitucional da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Entretanto, este é um debate não superado ainda, e eu diria nas três esferas de Governo.

Se é verdade, como afirma a campanha, que há de se fazer duas gestões frente ao Ministro Antônio Palocci, é igualmente verdade que há de se fazer gestão junto ao Secretário Waldir

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Teis, e é igualmente verdade que se tenha de fazer junto a cada um dos Secretários de Finanças municipais do ponto de vista institucional.

Mas o mais fundamental é ter uma diretriz afirmativa do FUNDEB como nós escutamos aqui.

É fato que apenas ampliar a vinculação da União de 18% para 22,5%, que está na última versão do debate feito com o CONSED e UNDIME, não resolve por si o tema, se nós não tivermos, depois, na regulamentação, solucionado uma batalha que perdemos no debate da LDB, relatada pelo Senador Darcy Ribeiro, à época.

Qual é a batalha? Até onde vai o conceito de manutenção e desenvolvimento de ensino? Há tribunais de Contas e Secretarias Municipais que incluem gastos, por exemplo, até muito recentemente instituição dos Conselhos do FUNDEF. Todo combustível de diversas prefeituras do Estado eram debitados na conta do transporte escolar como manutenção de desenvolvimento de ensino.

Isso melhorou muito após a constituição dos conselhos do FUNDEF. O Prefeito Mauro, hoje, sabe o quando que auxiliou a transparência do FUNDEF, no Município de Confresa, para descortinar e separar esses gastos da maneira que foram feitos.

Então, ter uma definição clara do que pode ser ou não computado para efeito de manutenção de desenvolvimento de ensino é fundamental.

Os tribunais de contas, inclusive, do nosso Estado, consideram gastos com pensionistas e aposentados como sendo de manutenção de desenvolvimento do ensino.

Em que pese, nós todos servidores públicos contribuimos para com a previdência, através dos descontos, sistematicamente, feitos nos nossos contracheques, assim como o FNDE considera inadimplência para o INSS como sendo impeditivo da celebração de convênios. E é fato que é um excesso de burocracia. Os processos que estavam no FNDE, até o ano de 2003, exigiam cerca de 60 documentos para celebração de um convênio. Hoje, são 14 certidões, e nós estamos querendo baixar para 4. E o impeditivo será apenas a contribuição previdenciária.

É obvio, estou falando nós, porque está sendo negociado entre a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, o gestor do FNDE e o Presidente Paim, que é, inclusive, articulado com a Secretaria de Educação Básica, posto que administra os recursos de salário-educação.

A regulamentação do regime de cooperação ou de colaboração é diferente, porque tem artigos constitucionais diferentes, trazidos aqui pelo Paulo. É uma tarefa muito difícil. Eu mesmo sou autor de uma proposta de Emenda Constitucional sobre o art. 23, que propõe a alteração do parágrafo único, dizendo que cada um dos setores que são de responsabilidade comum dos entes federados tem a sua regulamentação própria, porque um dos argumentos que temos ouvido na Câmara, desde que entramos lá, é o de que não se faz a regulamentação do art. 23, porque ele trata de nove assuntos diferentes que são de responsabilidade comum da União, Estados e Municípios.

Pois bem, nem essa, que só muda o parágrafo único, conseguiu andar na Câmara dos Deputados. Felizmente, temos achado agora diversos outros atores sociais e políticos com a mesma preocupação, voltando seus olhos, sua luta, sua reivindicação para a regulamentação do art. 23.

Isso, para mim, é uma felicidade, porque até cinco, seis anos atrás era um argumento utilizado fundamentalmente pelo movimento sindical da educação básica que aqui em Mato Grosso encontrou uma resolução na Constituição, que é o sistema único de ensino, previsto na Constituição, mas, até hoje, também não posto em funcionamento, em que pese a Lei Complementar que instituiu o sistema estadual de ensino, votada aqui na Assembléia Legislativa, tendo incorporado essa tese com potencial e até hoje não levada a efeito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Mesmo a gestão única, prevista naquela mesma legislação - não vou aqui me estender, por diversas razões já manifestadas aqui -, não funcionou de acordo com a lei. Não que a lei tenha sido má exatamente. Não tivemos nem condição de ver. A execução foi absolutamente desviada daquilo que era a sua finalidade.

Com relação aos recursos - e aqui me é muito clara a reflexão em torno disso -, a projeção apresentada pelo nosso colega Paulo, nesta mesa, de R\$73 bilhões, como sendo o valor necessário para a execução de um Fundo que incluísse a integralidade da educação básica, tinha dois pressupostos.

O primeiro pressuposto é o de que a vinculação corresponde a todos os recursos da União, dos Estados e dos Municípios. A proposta original do MEC era nessa direção. Entretanto, a negociação com os entes federados refluíu no sentido de que a sub-vinculação não seja sobre a totalidade. Mas se você fizer a conta daqueles que são os 5%, no mínimo, da arrecadação própria dos Estados; e do que são os 5%, no mínimo, da arrecadação própria dos Municípios, que ficam fora do FUNDEB, mas que deverão ser gastos nas responsabilidades com educação básica, que são próprias dos Estados e dos Municípios, seguramente chegaremos a um valor muito próximo dos R\$73 bilhões. Porém, ficaria o co-efeito para uma projeção até 2011. A base de dados é do INEP, projetando o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação que, este ano, têm que ser avaliadas pela Câmara dos Deputados, inclusive para propor suas avaliações.

De modo que se consorciar esses esforços provavelmente no projeto que está em discussão hoje, os valores chegarão muito próximos aos R\$73 bilhões de reais, mas nada assegura que as metas serão correspondidas no âmbito do PNE, em função de que boa parte dos Estados e dos Municípios, inclusive o nosso Estado não tem ainda o seu plano estadual nem os planos municipais da educação consolidados.

Um outro raciocínio importante para nós mencionarmos, particularmente frente a UNDIME, que é um debate que precisa ser aperfeiçoado, é a história de quem ganha e quem perde. A proposta de um fundo universal da educação básica é exatamente para superar essa tese de que alguém ganha e alguém perde. Não é verdadeiro nós analisarmos que o principal foco do direito à educação seja o gestor estadual ou o gestor municipal. O foco e a razão principal do financiamento da educação pública é o cidadão, independentemente se ele está matriculado numa escola municipal ou estadual, razão pela qual o Estado de Mato Grosso avançou muito mais do que qualquer outro Estado no debate conceitual em torno disso, mas falta aprofundar as suas operações de gestão e de execução por essa razão.

Com relação à desvinculação dos recursos da União e sua revinculação para efeito de financiamento, a solução encontrada até a última negociação, pelo menos, eu não sei a de hoje como é que está rolando, é que ao invés de estar tocando na desvinculação da União, está ampliando a vinculação do recurso da União. O efeito na conta é praticamente o mesmo, um resulta em 4 bilhões de reais em valores de 2004 e outro resulta em 4,3 bilhões de reais em valores de 2004.

A segunda vertente, que é de 22,5%, portanto, acrescenta 300 milhões à primeira vertente, quase que é uma conta de efeito zero, porém o significado não é de efeito zero. A partir do momento que se recompõe ou se amplia uma base de vinculação, há sinalização de ampliação de recursos obrigatórios.

A partir do momento que aponta apenas para revinculação da DRU, nós podemos ter efeitos variáveis de um ano para outro, do ponto de vista da movimentação financeira de cada uma das áreas vinculadas por impostos. Nisso o companheiro Júlio aponta uma tese importante, que não é apenas discutir no âmbito de um novo pacto federativo qual a amplitude da vinculação, mas entender que não deve ser apenas sobre a base de impostos. E aí um outro debate tributário bastante

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

grande sobre se a incidência é apenas sobre impostos ou sobre taxas e contribuições que acrescem recursos a qualquer tesouro, ao tesouro municipal e ao tesouro estadual. Os tributaristas não alcançam consenso em torno disso, fazem uma distinção entre impostos, taxas e contribuições.

Concluindo, com relação ao que significa o tratamento de regiões atípicas, que é uma questão muito fundamental para todos nós, o texto que está apontado pela PEC, na última versão divulgada, coloca a educação infantil no seu conjunto, não precisa se é creche ou se é pré-escolar, e afirma que haverá valores diferenciados por etapa e por modalidade, que vêm na regulamentação. Então, a nossa atenção deve ser não apenas no texto que está incorporado como proposta de emenda como na sua regulamentação posterior. E aí, particularmente, temos que ter atenção a essas diversidades.

A base de repartição de recursos continua sendo o censo educacional do ano anterior. Eu sei que Confresa leva um prejuízo enorme em função do crescimento demográfico e do atendimento da população do campo em particular. Não é o único caso, mas este ano há uma defasagem enorme entre o que o censo diagnosticou no ano passado e o que realmente vai ser a matrícula do ensino fundamental e educação no campo no Município de Confresa, por exemplo. Nós temos que observar na regulamentação quais são as formas imediatas, inclusive com prazo, de modo que a repartição de recursos garanta a finalidade principal que é atingir o cidadão de maneira mais igualitária.

Agradeço muito aos meus companheiros da Assembléia Legislativa, Deputada Verninha Araújo e Deputado Ságua, por terem atendido a nossa sugestão; ao Sindicato aqui, por estar encaminhando na sua semana de mobilização também a presença e sua participação; à UNDIME, que vem efetivamente contribuindo nesse debate; ao CONSED, através dos representantes que estão aqui; e particularmente aos companheiros e companheiras de trabalho que seguramente nos próximos meses terão muito a fazer para convencer a maioria da Câmara de que o FUNDEB é afirmativo, que ele deve ser acelerado, que deve ser uma política pública compartilhada por todos nós. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Deputado.

Agora, o Professor Francisco das Chagas Fernandes, Secretário de Educação Básica do Ministério de Educação, para as suas respostas.

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES - Duas semanas atrás, no encontro da UNDIME, aqui em Cuiabá, aliás, da UNDIME não, no seminário da região, eu disse que não viessem perguntas muito difíceis, porque nós estamos tratando de reforma tributária da educação básica na realidade.

Eu queria colocar alguns pontos que foram levantados. Eu quero inclusive começar por algo... Assim que assumimos lá no Ministério de Educação, assumi como Diretor do FUNDEF, depois fui ser Secretário da Educação Básica e antes eu era Conselheiro Nacional do FUNDEF. Um dos problemas sérios que sempre levantamos é a questão do censo, que foi levantada aqui pelo Prefeito Mauro.

O censo é uma situação muito complicada porque ele é utilizado para todos os programas do Ministério da Educação e para outros que, inclusive, não são do Ministério da Educação. Só que é o censo do ano anterior. Essa é uma situação que se torna difícil, tanto que eu fiz uma proposta na época de se criar um cadastro para o estudante, ou seja, se criar uma espécie de identidade para o estudante. O aluno se matricula em Manaus e teria um número. Se ele mudar de Manaus para Natal, ele leva o número e, automaticamente, o recurso repassado para Manaus seria repassado para Natal. Essa era a idéia que eu tinha à época, mas eu não sabia como isso poderia acontecer. E por que eu achava isso? Porque perto de Brasília tem um Município que em um ano

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEF, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

depois do censo foram matriculados 1.300 alunos no ensino fundamental. É um Município que está dentre os dez Municípios que crescem. Como um Município vai ter condições de, matriculando 1.300 alunos depois do censo, garantir o ensino fundamental? O FUNDEF só repassa o recurso baseado no ano anterior.

Acontece que mesmo que o Tribunal de Contas abrisse o censo para colocar 1.300 alunos a mais naquele Município, esses 1.300 alunos não caíram do céu, eles vieram de algum Município, cem vieram de um Município, duzentos vieram de outro, quatrocentos vieram de outro. Resultado: você abre o censo para incluir os alunos de um Município, mas não abre o censo para saber de onde eles vieram para o repasse não ser feito para lá, do livro didático, da merenda, do transporte, do FUNDEF, etc. Então, a única saída que se tem é a que nós estamos discutindo. O debate aqui não é para isso, mas nós estamos discutindo o Sistema Nacional de Acompanhamento de Frequência, o SAF. Nós estamos discutindo, que é exatamente fruto desse debate que eu iniciei em relação ao cadastro por aluno para chegar um dia e você saber quem é e, inclusive, não ter matrículas duplicadas. Até isso hoje é encontrado pelo censo. Então, o Ministério da Educação está trabalhando o programa para tentarmos resolver essa questão do censo em relação à quantidade.

Em relação a levantamentos dos efetivos, o censo pode continuar, sem problema nenhum, porque o censo faz levantamento de várias outras questões, não é apenas o número de alunos. Eu estou falando aqui do número que é para poder contar para os repasses tanto do Governo Federal como os repasses estaduais e também para a previsão do Município.

Sobre a questão do SAEB, que também entra no debate do financiamento, por quê? Porque é uma questão de avaliação da qualidade.

O SAEB também, Secretária Ana Carla, vai ser universal. O SAEB vai ser universal este ano já na 4ª e na 8ª série, ou seja, vai continuar a amostragem para não perdermos a série histórica que conquistamos, mas vai ser universal na 4ª e 8ª série.

Nós queríamos, inclusive, de fazer na 3ª série do ensino médio, mas não tem o recurso suficiente para fazer na 3ª série. Nós vamos fazer na 4ª e na 8ª série.

O que significa fazer o SAEB universal? Significa que o resultado vai dar condições de você saber como está a situação no Estado, no Município e na escola. Isso vai ser muito importante para o gestor municipal, estadual, inclusive para o gestor da escola. Vai ser importante. Nós vamos fazer o censo universal.

E ainda uma questão que foi colocada aqui, que não é especificamente do FUNDEF, mas nós estamos chamando de Fundebinho, são os 470 milhões que no ano passado foram 200 milhões. No ano passado, o Governo Federal repassou para 10 Estados, Norte e Nordeste e mais o Pará, 200 milhões de reais para socorrer os Estados em relação ao ensino médio, porque tinha Estado que não ia terminar o ano letivo pelo que estava apresentado.

Este ano, nós temos... O Presidente da República, quando nós começamos a discutir o FUNDEF, ele determinou que teria um bilhão de reais a mais para a educação e que para o FUNDEF já poderia separar 470 milhões. E nós temos no lançamento 470 milhões que seriam para o FUNDEF. Como o FUNDEF não entra em implementação em 2005, tomamos uma decisão de trabalhar os 470 milhões com os Estados, já levando em consideração o ano passado que tinha dificuldades. Então, os 470 milhões que a Secretária Ana Carla falou aqui, é a discussão que estamos fazendo, levando em consideração uma cesta que nós apresentamos para o CONSED, e que ele está fazendo para nós, que é o seguinte: Faltam 200 mil professores no ensino médio em Matemática, Física, Biologia e Química. Faltam. O que fazemos para resolver a falta desses professores?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

Nós temos os Estados trabalhando formação e precisamos acentuar a formação. Então, fizemos uma cesta e colocamos para o CONSED, o CONSED nos fez uma contraproposta em relação aos R\$470 milhões. Eu coloquei esses três pontos aqui, que basicamente não estão dentro da proposta do FUNDEB, mas têm a ver com a discussão.

Uma questão geral que temos deixado clara é que não estamos trabalhando no FUNDEB com custo/aluno/qualidade. Gostaríamos. Gostaríamos inclusive de inverter a lógica da discussão do investimento em educação no País, mas nem os Municípios, nem os Estados e nem o Governo Federal ainda conseguiram fazer isso. Ao invés de decidirmos quanto temos para a educação e adequarmos o investimento de educação a quanto temos, poderia ser o contrário: Quanto é que precisamos para a educação e o quanto é que precisamos para a educação ser o orçamento. Não é assim ainda. Portanto, não estamos trabalhando com o custo/aluno/qualidade. Estamos trabalhando com os recursos que hoje temos disponíveis nos Estados e Municípios com um aporte do Governo Federal que nos referimos aqui.

E é exatamente com os recursos que dispomos hoje nos Estados e Municípios que nós estamos discutindo o custo/aluno. E aí eu quero entrar numa questão que o prefeito também colocou, que é se o valor do fundamental não vai diminuir, porque vão entrar outros valores diferenciados. Por exemplo, a nossa idéia é diferenciar creche, diferenciar pré-escola, diferenciar 1ª a 4ª, diferenciar educação indígena, diferenciar educação especial, educação no campo, etc, etc.

Pois bem. Vão ter valores diferenciados, mas tem um valor que tem acordo com CONSED, UNDIME e MEC. Qual é? O valor do fundamental não pode descer aos patamares que o FUNDEF já alcançou. Esse é um consenso que estamos trabalhando. Ou seja, o Estado de Mato Grosso alcançou um valor mínimo no FUNDEF. A perspectiva que estamos trabalhando é que esse valor mínimo não pode diminuir do fundamental.

Por isso que os recursos que temos, nós temos que fazer as contas. Por exemplo, se você acrescenta mais na creche, isso vai ter um peso lá no médio; se você acrescenta mais no médio, vai ter... Entendeu? Ou seja, são valores que nós estamos tentando diferenciar. E esses valores, para ficar bem claro, não são custo/aluno/qualidade, são em relação ao dinheiro, os recursos que nós temos à disposição.

Então, esse exercício está sendo feito. Aí é onde há tencionamento. Nós não escondemos que há tencionamento. Há. Há tencionamento na questão da creche. Há tencionamento na questão do ensino médio. Há tencionamento com relação à educação especial...

Por exemplo, nós teríamos que fazer um colóquio só para educação especial, Deputada Verinha Araújo. Só para discutir educação especial! Por quê? Porque nós temos uma política da inclusão das crianças com necessidades especiais na escola pública, essa é a política. Mas há milhares de entidades que trabalham com alunos da educação especial e que querem recursos públicos para sua manutenção. Já fizeram isso em relação ao FUNDEF, tem a proposta com relação a FUNDEB. Então, nós tínhamos que fazer um colóquio especial só sobre a educação especial para discutir essa questão.

Então, no meu entendimento, se a PEC, da maneira como está na PEC não tem problema para creche. Na PEC! Porque lá está escrito educação infantil. Na regulamentação, aí eu acho que tem que ver como é que fica na lei na hora de regulamentar, porque aí vai ter que diferenciar a creche, diferenciar a pré-escola, etc e etc.

Sobre a questão da formação de professores, se entra ou não no FUNDEB, como entrou no FUNDEF até 2001, onde você podia usar recurso dos 60%, no mínimo, até 2001 para formação. A pretensão nossa é que não entre. Por quê? Porque nós estamos, como eu falei no início,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

o prefeito não tinha chegado ainda, estamos com três programas de formação inicial de professores e estamos com um programa de formação continuada.

Então, o que nós vamos fazer com relação à formação de professores? Vamos chamar as universidades, vamos pagar as universidades para fazer a formação dos professores em Licenciatura. Esse é um recurso que nós não queremos retirar do FUNDEB, é recurso do Ministério da Educação que está colocado para formação de professores. Portanto, nós estamos com três programas para exatamente não retirar recursos do FUNDEB para formação de professores. Isso não significa que o Município, se quiser tirar até 40%, ele poderá fazer isso. Eu estou falando dos 60%, no mínimo, dos 60%, no mínimo, que eu estou falando, e aí nós não estamos colocando a formação dos professores. Se o Município quiser usar até 40%, tudo bem.

Em relação aos 60%, novamente, no mínimo, para pagamento de professores, a nossa proposta original era a de que fossem 80% no mínimo para o pagamento dos profissionais da educação, ou seja, professores e funcionários. A discussão não avançou, e nós tivemos que mediar com o CONSED e com a UNDIME. Vocês ouviram quando a representante da UNDIME leu a carta da UNDIME falando disso. Colocou, taxativamente, 60% no mínimo para pagamento de professores.

Na PEC, nós estamos tentando aperfeiçoar uma formulação que não crie problemas. A idéia é a de que sejam profissionais do magistério nos 60%, por conta dos orientadores e supervisores que, em alguns Estados, ficaram de fora do FUNDEF. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, somente no ano passado, foram incorporados orientadores, coordenadores e supervisores nos 60% do FUNDEF.

Então, o que nós mediamos com o CONSED e com a UNDIME foi o mínimo de 60% para pagamento dos profissionais do magistério, ainda que no *caput* da PEC tenhamos colocado que estamos trabalhando com profissionais da educação, incluindo os funcionários da escola.

Em relação à creche, eu já falei, mas eu gostaria de colocar outra questão, só para ficar bem claro aqui, uma vez que o Carlos Augusto falou da historia de quem perde e de quem ganha. Hoje, as contas são feitas da seguinte maneira: nesse ano de 2005, com o FUNDEF do jeito que está, os Estados vão redistribuir para os municípios seis R\$6,3 bilhões. Os Estados Brasileiros todos dos R\$30,6 bilhões que o FUNDEF dos Estados vão imobilizar, os Estados vão redistribuir para os municípios R\$6,3 bilhões. Nós não estamos fazendo o FUNDEF, realmente, para acabar com essa diferença, para resolver esse problema contábil de redistribuição de recursos dos Estados para os Municípios. Não é isso! Até porque o conceito que nós poderíamos adotar era o seguinte: o aluno é público, municipal ou estadual. Ele é um aluno do sistema público da educação, as verbas são públicas, etc, etc... Mas é isso que está tencionando. O que está tencionando o valor mínimo de creche, o valor mínimo de ensino médio, etc, etc, etc é essa questão de quem redistribui mais - e no caso são os Estados que redistribuem mais para os Municípios hoje no FUNDEF. Em relação ao Estado vai continuar, mas o intenção é a de que haja menos redistribuição.

O problema é o seguinte - eu gosto muito de dar o exemplo de São Paulo -: com todos os problemas que o FUNDEF trouxe, olhem só o que acontecia em São Paulo. Em São Paulo, antes do FUNDEF, 80% da rede era estadual, 10% era municipal. Tudo bem! Mas os municípios tinham os 25% de repasse. Tinham os seus 25%. Então, o Município de Paulínia, um dos municípios mais ricos do Brasil e de São Paulo, tinha os 25% dos seus impostos, e não tinha um aluno sequer no ensino fundamental. Mas tinha os 25%. O Estado era quem tinha esses alunos. Resultado: o que acontecia? Uma desproporção muito grande. O Estado tinha uma rede de 80% e o município não. O que aconteceu com do FUNDEF? Igualizou. Então, se o Município não tinha

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

aluno, o que acontecia? Ele devolvia 15% para o Estado e vice-versa. Então, a engrenagem que existe dentro do FUNDEF e que nós estamos propondo no FUNDEB é essa. Quem tem o aluno é quem vai receber a redistribuição do recurso. Essa é a lógica que está colocada no Fundo. É isso que diferencia. Por quê? Porque podia acontecer do Município não ter alunos, mas de ter os 25%. Não tem o aluno, mas tem os 25% dos impostos.

Com o Fundo o que acontece? Há uma redistribuição de acordo com o número de alunos: se tem aluno, recebe o recurso. Por isso é importante a equalização dentro do FUNDEF, e que também dentro do FUNDEB estamos propondo.

Quero dizer o seguinte: desde que eu comecei a discutir sobre o FUNDEB são vários os FUNDEBs que passaram pela minha cabeça. Há aqui vários companheiros, como o Carlos Abicalil, o Júlio César, que sabem que são vários os FUNDEBs que passam pela minha cabeça. A proposta que eu apresentei aqui, como disse o Sr. Carlos Abicalil, de repente, pode até ser que tenha mudança, porque - como eu falei no início - o Presidente está se reunido como Ministro Tarso Genro, e a pauta é exclusivamente o FUNDEB. Então, eu não sei se há alguma mudança com relação a esta proposta, que é uma proposta mediada entre o CONSED, a UNDIME e o MEC, e que está na Casa Civil.

Nós temos andado muito pelo Brasil fazendo debates. Até não temos pernas suficientes para fazer, porque o Brasil é grande, diferenciado e fica difícil irmos a todos os Estados e até a todos os Municípios, porque os Municípios também solicitam. Mas, geralmente, as audiências públicas nas Assembléias Legislativas nós procuramos cumprir. Por quê? Porque tanto os Deputados Estaduais, como os representantes dos entes federados e como os Deputados Federais vão estar diretamente acionados na aprovação dessa proposta. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Muito obrigado a todos e a todas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Professor.

Nós gostaríamos aqui de agradecer principalmente a presença do Deputado Federal Carlos Abicalil e do Sr. Francisco Chagas. Neste momento, eles deveriam, inclusive, estar em Brasília, porque está havendo uma reunião do Ministro da Educação, e eles foram convocados ontem. Mas o Chagas estava chegando no aeroporto, quando recebeu o telefonema do Ministro. Então, é pela importância desse debate que eles não abriram mão de estar aqui hoje pela manhã.

Então, nós agradecemos, porque, com certeza, podem ser poucas as pessoas que estão no plenário, mas quem nos assiste, o registro desta audiência pública, a riqueza dos esclarecimentos... Até nós vamos pedir a cópia da Ata para que possamos remetê-la aos Secretários Municipais de Educação e às Câmaras Municipais com relação a este debate.

Gostaria de agradecer também a presença do Paulo, que veio aqui em nome dos conselhos; da Professora Enair, que é Secretária em Poconé, que representa a UNDIME; do Professor Júlio, do SINTEP; e também da Secretária Estadual de Educação que, pela primeira vez, ficou aqui até o final da audiência pública. Eu tenho certeza que foi importantíssimo esse debate. Obrigada! Nós precisamos de outros debates. Nós estamos com o debate do transporte escolar aí para encaminhar e também a questão das nossas escolas, a estrutura das nossas escolas e nós precisamos perseguir essa resolução.

Gostaria de agradecer ao Deputado Ságuas, meu companheiro de bancada; a vocês todos e todas.

Eu quero aqui sugerir, Deputado Carlos Abicalil, que para um debate próximo sobre esse tema, já com a proposição da PEC, nós contemos também com a presença do Tribunal de Contas. Os Tribunais de Contas precisam vir para esse debate e também o Ministério Público. Eles

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O FUNDO DE MANUTENÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB, REALIZADA NO DIA 26 DE
ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

receberam os convites, mas não o convite especial como debatedores. Então, fica uma sugestão para que, num próximo momento, eles estejam na condição de debatedores.

Nós queremos agradecer a presença de todos e todas! A luta está só começando.

O fato de entregar a PEC na Câmara Federal vai ser o momento de fazermos a disputa daquilo que foi enviado, porque sabemos, inclusive, que vão ter oposições, e também a disputa para aquilo que nós queremos avançar, que não está contido no texto e que foi aqui bem explicitado.

Muito obrigada! Um abraço a todos e a todas.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.